



**Debate Sobre Marxismo e  
Anarco-Marxismo**

**Carlos Moreira  
Nildo Viana**

**Debate Sobre Marxismo e  
Anarco-Marxismo**

**S**  
Edições  
Saber

© copyleft 2005 by Nildo Viana

[nildoviana@terra.com.br](mailto:nildoviana@terra.com.br)

Arte-Capa: Nildo Viana

Goiânia - 2005

Edições Saber



## ÍNDICE

Apresentação.....	05
Quem tem Medo da Utopia?.....	07
<i>Nildo Viana</i>	
A Democracia Burguesa Como Valor Universal.....	18
<i>Nildo Viana</i>	
Crítica ao Anarco-Marxismo: Contra Nildo Viana e a Deformação do Marxismo.....	32
<i>Carlos Moreira</i>	
Marxismo e Anarquismo: A Anticrítica.....	44
<i>Nildo Viana</i>	

## APRESENTAÇÃO

---

A presente coletânea de textos são a retomada de alguns artigos do início da década de 90 e um debate posterior, ocorrido em 2003. O primeiro texto, *Quem Tem Medo da Utopia*, foi publicado na Revista Brasil Revolucionário, Ano II, nº 07, Dez/1990-Fev./1991. Trata-se de um texto polêmico sobre a situação do marxismo e do socialismo naquele contexto, pouco tempo após a queda do muro de Berlim (1989). O texto polemiza com algumas concepções de marxismo e socialismo clássicas e algumas contemporâneas. O texto aqui publicado foi revisado, apresentando apenas mudanças formais. O segundo texto, *A Democracia Burguesa Como Valor Universal*, foi publicado originalmente na Revista Brasil Revolucionário, Ano II, nº 08, Abril/Jun. de 1991. Trata-se de outro texto polêmico, agora referente a ideologia da democracia burguesa como valor universal, focalizando principalmente a tese do cientista político Carlos Nélon Coutinho. O texto foi revisado apenas do ponto de vista formal, embora hoje algumas teses apresentadas, principalmente a referente à participação na democracia representativa, tenha sido abandonada em meus escritos posteriores, não foi reformulada devido a crítica que lhe foi endereçada e que está no texto posterior, intitulado *Crítica ao Anarco-Marxismo*, de Carlos Moreira. Este texto foi divulgado em 2003 num site da Internet e segundo o autor foi escrito em 1992. O último texto é justamente minha resposta a este artigo, *Marxismo e Anarquismo – A Anticrítica*, escrito em 2003, e encerra a presente coletânea.

Qual a razão da publicação destes textos nos dias de hoje? Em primeiro lugar, a contribuição a um debate que ainda é atual, referente ao marxismo, ao socialismo, ao problema da democracia burguesa e do anarquismo. Em segundo lugar, a disponibilização de textos que hoje são de difícil acesso – no caso, os dois primeiros, embora os outros textos, disponibilizados na Internet, também não são tão facilmente acessíveis e precisam, para um julgamento mais adequado, da

acessibilidade dos dois anteriores. Em terceiro lugar, esta é uma coletânea em construção, no qual, caso haja desdobramentos do debate, novos ensaios poderão ser acrescentados, criando uma idéia de inacabamento do debate, sempre prosseguindo e colocando em questão novos pontos de vistas, novos aspectos, novas questões.

Nildo Viana

## QUEM TEM MEDO DA UTOPIA?

---

Nildo Viana

---

O socialismo já foi muitas vezes taxado de utopia e tal palavra é entendida como sinônimo de sonho irrealizável. Agora, com a crise dos países “ditos” socialistas, tornou-se “moda intelectual” dizer que o socialismo e o marxismo morreram e com isso fica comprovado seu caráter utópico. Essa é a ideologia dominante mas nunca devemos esquecer que “as idéias dominantes são as idéias da classe dominante” e que é preciso refutá-las.

Comecemos então pelo significado dado à palavra utopia. Se a entendermos como “sonho irrealizável”, ela se torna uma arma para se desacreditar os opositores do atual sistema social. Na Revolução Francesa de 1789, os monarquistas acusaram os republicanos de “utopistas”, pois tal sonho seria irrealizável. Mas, entretanto, a república foi instaurada, este sonho realizou-se. Aqueles que defendem a manutenção do sistema social acusam as idéias subversivas e revolucionárias de serem utópicas. Augusto Comte critica a utopia contrapondo a ela a realidade. Considerava-a um “sonho metafísico e irracional”, ao contrário do conhecimento científico. Tal conhecimento, no entanto, é o positivismo, que toma a realidade como se ela não tivesse contradições e não se transformasse, ou seja, estamos presos na jaula do “eterno presente”, a-histórico. O pensamento conservador que ataca a utopia não consegue enxergar um palmo à frente do nariz, que é, para este pensamento, uma “realidade palpável”; é um pensamento preso no presente e que não consegue ultrapassar os limites do aqui e agora; é um pensamento sem perspectiva e por isso sem ação e daí a atitude pré-humana que apenas reproduz o existente sem procurar ultrapassá-lo.

Mas através de uma análise crítica podemos dizer que o essencial das utopias pode ser encontrado na estrutura da obra *A Utopia*, de Thomas Morus<sup>1</sup>. Na primeira parte deste livro, ele critica a sociedade de sua época e, na segunda, descreve a ilha de Utopia, que tem uma organização social “perfeita”. Vê-se, na primeira parte, por exemplo, uma crítica aos cercamentos (*enclosures*) na Inglaterra e na segunda parte descreve uma sociedade sem propriedade privada e sem divisão social do trabalho. Mesmo se não houvesse a primeira parte da obra, como em muitas outras utopias, estaria implícito a crítica a tal sociedade que convivia com a propriedade privada, a divisão social do trabalho, etc. No caso de Morus, a crítica está explícita, tal como se nota na comparação que ele fez entre o trabalho na Utopia e o da sociedade inglesa, pois na Utopia não se trabalha como um “burro de carga” desde “a madrugada até a noite”, o que seria pior que a “tortura e a escravidão”, embora esta seja em “outra parte” a “triste sorte do operário”<sup>2</sup>. Utopia significa, então, uma crítica à sociedade existente e uma proposta de uma nova sociedade. Toda crítica ao existente traz em si, implicitamente, uma proposta de uma nova sociedade e toda proposta de uma nova sociedade traz em si uma crítica à sociedade existente.

O marxista ocidental Ernst Bloch classifica as utopias em dois tipos fundamentais: as abstratas e as concretas<sup>3</sup>. A partir disso podemos dizer que Morus, Campanella, entre outros, produziram utopias abstratas, pois, apesar de apresentarem uma crítica e uma “alternativa” à sociedade existente, elas apresentavam críticas muito limitadas e projetos que muitas vezes atendiam a caprichos de alguns indivíduos ou pequenos grupos sociais e não os interesses da coletividade. As suas propostas de sociedade alternativa chocava-se com a sua possibilidade real de implantação na época em que foram escritas. Mas o grande defeito das utopias abstratas e que lhes caracterizam, segundo Bloch, é que elas não apresentam como se passa da sociedade presente para a sociedade futura.

---

<sup>1</sup> MORUS, Thomas. *A Utopia*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d.

<sup>2</sup> MORUS, T. ob. cit.

<sup>3</sup> Cf. BICCA, Luiz. *Marxismo e Liberdade*. São Paulo, Edições Loyola, 1987.



Outro tipo de utopia abstrata é a produzida pelos socialistas utópicos. Estes faziam uma crítica mais completa do capitalismo e, apesar das deficiências, esse era o seu aspecto mais revolucionário. Eles também propuseram construir novas sociedades mas o avanço em relação às utopias anteriores é que a crítica ao capitalismo se tornou melhor fundamentada e também passou a tratar da passagem de uma sociedade à outra. Entretanto, os socialistas utópicos compreendiam que a passagem ao “socialismo” se daria com o apoio do Estado ou das “classes cultas” ou, ainda, através da “educação”, da “conscientização”, e da “razão”. Aqui se revela a principal limitação do socialismo utópico.

O outro tipo de utopia, a concreta, se baseia, como dizia Bloch, na percepção do realmente possível, ao contrário das utopias abstratas. Neste sentido, o marxismo é uma utopia concreta. Ao operar a crítica da sociedade burguesa, Marx e Engels analisaram as possibilidades históricas de instauração do socialismo e como isso se daria. A utopia concreta é a teoria revolucionária que não só é possível e necessária sua concretização como é o provável resultado do processo histórico.

A crise do capitalismo estatal da URSS e Leste Europeu faz com que a fração radicalizada e intelectualizada de nossas classes auxiliares da burguesia retome idéias pré-marxistas e passa a considerar o marxismo como algo “ultrapassado”. Sem a muleta que era a URSS e o Leste Europeu, as classes auxiliares da burguesia não têm em que se “apoiar” para continuar sua “luta heróica” pelo “socialismo”. É nesse momento que marxistas e ex-marxistas começam a qualificar Marx como idealista. Como disse Claude Lefort, entre outros, a idéia de uma sociedade sem classes não passa de um ideal criado por Marx<sup>4</sup>. A palavra ideal, para muitos, é sinônimo de utopia. Ambos os conceitos, nesse caso, são entendidos como uma proposta que não leva em conta as possibilidades de sua realização. Em uma análise dialética podemos dizer que a realidade das sociedades atuais é dominada pela exploração, opressão e alienação. Esta realidade contradiz as aspirações humanas tornando-se

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida à Revista Veja.

indesejável e ela vista desta forma produz a vontade de criação de uma sociedade humanizada. O “ideal” não surge arbitrariamente e sim da necessidade real. Contudo, como o real está em movimento e o ideal que surge a partir dele está também em movimento, que busca sua superação e a do real, podemos dizer que é o real com os caminhos possíveis que pode percorrer que cria o ideal e este ou se coloca a favor e reforça um desses caminhos ou se coloca contra esses caminhos e se torna pura “abstração”. Portanto, esse “ideal” não é uma simples criação “arbitrária e ilusória”, mas sim a negação do real.

A partir disto podemos dizer que Marx não era idealista no sentido filosófico da palavra mas era idealista a partir da noção comum que atribui a esta palavra a posição de uma pessoa que tem um ideal. Entretanto, Marx não era um idealista como Morus ou Campanella. Neste caso surge à mesma diferenciação entre utopia abstrata e utopia concreta que apresentamos anteriormente. Marx não tinha um ideal abstrato e sim um ideal concreto e não fazer tal distinção é o mesmo que colaborar com a propaganda conservadora, o que muitos “marxistas” andam fazendo depois da crise do capitalismo de estado (“socialismo real”).

Vejam se a utopia marxista é concreta ou não. Há no “marxismo” duas posições sobre a instauração do socialismo: a economicista e a idealista (no sentido filosófico da palavra). A posição economicista gera duas outras posições: a reformista e a catastrofista. A posição reformista concebe que o desenvolvimento econômico do capitalismo leva à sua própria superação e por isso é possível passar ao socialismo gradualmente, conquistando espaço no parlamento e no Estado e a partir disto ir construindo o socialismo. Esta é a proposta do socialismo evolucionista de Kautsky e seus seguidores. A posição catastrofista concebe que haverá uma “crise final do capitalismo” e por isso se deve preparar um partido de classe que tomará o poder com o surgimento da famosa “crise final”. Esta é a proposta de Amadeo Bordiga.

A posição idealista também gera duas outras posições: o revolucionarismo vanguardista e o reformismo vanguardista. Os adeptos do revolucionarismo vanguardista concebem que as “condições objetivas” da revolução socialista já estão maduras,

sendo que o que falta são as “condições subjetivas” que serão criadas pelo “Partido de Vanguarda”, devido à incapacidade da classe operária adquirir espontaneamente sua consciência de classe. É o partido, através de seus intelectuais, que elaboram a consciência socialista e a introduzem no proletariado e que por isso tem o “direito histórico” de dirigi-la rumo à conquista do poder estatal. Nesse caso não é a classe e sim o partido que é o sujeito revolucionário. Esta é a proposta de Lênin e dos bolchevistas. Outros, os reformistas vanguardistas, dizem que se a ideologia burguesa domina toda a sociedade, inclusive as “classes subalternas”, então cabe aos intelectuais do partido elaborarem uma nova “visão de mundo”, “novos valores”, etc., e através disso unificar tais classes e promover uma mudança cultural e assim conquistar a hegemonia, necessária à implantação do socialismo. Esta é a proposta de alguns “intérpretes” de Gramsci.

Mas estas posições são compatíveis com a de Marx? Segundo Marx, o comunismo não é um ideal (abstrato) mas sim um movimento real que abole o estado de coisas atual. Os pressupostos reais são o desenvolvimento universal das forças produtivas e o surgimento de uma massa da humanidade destituída de propriedade em contradição com um mundo de riquezas e cultura existentes produzidos pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas. Em outras palavras, os pressupostos são: a formação do capitalismo e do proletariado e, através do desenvolvimento capitalista, a criação de um mercado mundial. O capitalismo ao se desenvolver cria e fortalece sua própria negação: o proletariado. A partir daí o socialismo torna-se uma tendência histórica.

A partir disto, podemos dizer que o capitalismo é abolido pelo próprio desenvolvimento capitalista e assim cria o comunismo. Entretanto, a criação do comunismo é obra da classe operária. A primeira afirmação sem a segunda leva em conta apenas um metafísico desenvolvimento das forças produtivas em detrimento da luta de classes e das classes sociais que seriam, nesta análise, passivas. O comunismo não surge “economicamente” dentro do capitalismo, ou seja, o capitalismo, obviamente, não cria a propriedade coletiva no seu interior. O capitalismo não cria o comunismo diretamente mas

cria o proletariado que é o agente da constituição do comunismo. O capitalismo se autodestrói mas isso não quer dizer que o resultado de sua destruição seja o socialismo. Bukhárin já havia notado que poderia surgir uma sociedade pós-capitalista e não-socialista e esta seria fruto do desenvolvimento das forças produtivas e Marx afirmou que poderia haver uma abolição positiva da propriedade privada (burguesa), o que significa que poderia haver, também, uma abolição negativa<sup>5</sup>. O método de Marx é, como observou Bloch, uma “ciência da tendência” e não um determinismo econômico puro e simples. O socialismo é uma necessidade da humanidade e uma tendência histórica. Portanto, ele não é “inevitável”, ou seja, não é a única possibilidade histórica, embora seja a mais provável.

A tese bordiguista afirma que é o partido que realiza a revolução não é verdadeira. Como já dizia Otto Rühle, “a revolução não é tarefa de partido”<sup>6</sup>. A revolução proletária só pode ser feita pela classe e os partidos podem até fazer “revoluções” ou contra-revoluções, mas não podem fazer a revolução comunista. Além disso, não se justifica a tese mecanicista de ficar esperando a “crise final do capitalismo”, pois, como já havia observado Marx, as revoluções podem ser antecipadas.

Engels, ao criticar os socialistas utópicos, dizia que o seu principal defeito estava em não se basear no movimento operário. Estes, segundo Marx e Engels, surgiram em uma época em que o proletariado estava em formação e por isso “à atividade histórica substituem sua própria imaginação, às condições históricas de emancipação, condições fantásticas, e à organização espontânea e gradativa do proletariado em classe em organização social pré-fabricada por eles. Em sua opinião, a

---

<sup>5</sup> Cf. BUKHÁRIN, N. *Tratado de Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1970; MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. In: FROMM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

<sup>6</sup> Apud. AUTHIER, Denis. *A Esquerda Alemã – Doença Infantil ou Revolução?* Porto, Afrontamento, 1978.

história do futuro resume-se na propaganda e na realização prática de seus planos de organização social”<sup>7</sup>.

Esta posição seria retomada por Lênin na Rússia czarista com seu proletariado em formação. O bolchevismo é uma expressão ideológica do atraso da Rússia czarista. A organização social pré-fabricada por Lênin, o partido de vanguarda, tem sua justificativa na “ideologia da vanguarda”, segundo a qual a consciência de classe não surge espontaneamente no proletariado mas somente através dos intelectuais burgueses reunidos no partido<sup>8</sup>. Essa tese foi fundamentada filosoficamente por Georg Lukács que afirmou que a passagem do proletariado de “classe em-si” a “classe para-si” é mediada pelo partido, que é onde estão os intelectuais<sup>9</sup>. Estes, ao descobrirem os interesses de classe do proletariado, lhe atribui a consciência que deveria ter dos seus interesses, ou seja, a consciência de classe do proletariado é uma consciência atribuída a ele pelos intelectuais. Mas, deixando de lado as “fraseologias metafísicas” de Lukács e Lênin, vejamos o que diz Marx: “as condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defendem se tornam interesses de classe”<sup>10</sup>. Portanto, o proletariado adquire consciência de classe (ou passa de classe em-si a classe para-si) através da luta de classes, ou seja, sem mediação de partido ou intelectuais. Resta-nos escolher: Marx ou Lênin?

Hoje se tornou comum a diversos “marxistas” e ex-“marxistas” privilegiar a conscientização e a mudança de

---

<sup>7</sup> MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. In: LASKI, H. J. (org.). *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 121.

<sup>8</sup> LÊNIN, W. *Que Fazer?* São Paulo, Hucitec, 1978.

<sup>9</sup> LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1989.

<sup>10</sup> MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. 2ª edição, São Paulo, Global, 1985, p. 159.

valores. Alguns mais à direita, que dizem representar uma “nova esquerda”<sup>11</sup>, lançam seus apelos “culturais” para a conquista da hegemonia junto a todas as classes sociais, pois eles superaram o “mito do proletariado”. Esta é uma bela volta ao socialismo pré-marxista com base em um humanismo abstrato que nem o chamado “jovem Marx” concordava. Mas se tais teses eram normais na época dos socialistas utópicos, devido ao grau de desenvolvimento do proletariado, hoje são mais que ultrapassadas e são expressão da crise de consciência das classes auxiliares da burguesia e que não servem à luta pelo socialismo. De qualquer maneira, privilegiar a conscientização e a mudança de valores, em uma posição à direita ou à esquerda, é uma postura epistemologicamente idealista que gera uma prática política elitista, já que são os intelectuais da “nova” esquerda que irão conscientizar o “mundo ignorante” e fazê-lo, como dizia Marx, abrir a boca e engolir o “pato assado do conhecimento absoluto”.

Todas essas posições têm em comum, além do positivismo, a negação do papel revolucionário do proletariado. Este é “passivo” e só entra em ação quando é chamado pelos kautskistas para votarem neles, quando a vanguarda bolchevista lhe dirige e fornece a consciência socialista ou quando são conscientizados pelos “pretensos reformadores do mundo” (Marx). Se Marx estivesse vivo e seus “seguidores” fossem apenas estes, certamente retomaria a metáfora de Heine: “meu mal foi ter semeado dragões e colhido apenas pulgas!”.

Se a criação do comunismo é obra da classe proletária, então é na experiência histórica do movimento operário que poderemos descobrir como isso se dará. A teoria socialista só justifica seu próprio nome se basear-se no movimento real dos trabalhadores. Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, propunham a estatização dos meios de produção sobre controle do proletariado organizado como classe dominante, mas depois da experiência operária na Comuna de Paris, eles voltaram atrás e declararam que não basta conquistar o poder estatal e utilizá-lo

---

<sup>11</sup> Nova Esquerda era o nome de uma tendência organizada do PT – Partido dos Trabalhadores, que editava a Revista Teoria & Política e tinha como representantes Adelmo Genro Filho, Tarso Genro, Ozeas Duarte, José Genuíno, entre outros.

de acordo com os seus interesses, pois é necessário destruí-lo e substituí-lo pela “autogestão dos produtores”. Após Marx, foi Rosa Luxemburgo quem se baseou no movimento real dos trabalhadores para elaborar sua teoria revolucionária. Rosa Luxemburgo, ao observar a explosão de greves de massas em vários países e principalmente na Rússia czarista, definiu-as como a arma política mais poderosa do proletariado. A considerada “tese anarquista”, foi retomada por Rosa Luxemburgo como força universal da luta operária. As greves passaram a ser defendidas por Bernstein, mas apenas para servir à luta parlamentar da social-democracia alemã e por Kautsky e Trotsky que logo abandonaram tal posição, o primeiro por assumir seu reformismo e o segundo por aderir ao bolchevismo. Depois de Rosa Luxemburgo, coube aos comunistas conselhistas fundamentar a teoria revolucionária no movimento operário. A Revolução Russa, a Revolução Alemã, entre outras tentativas de revolução proletária no início do século 20, foram palco de greves de massas que geraram os conselhos operários e foram teóricos como Karl Korsch, Anton Pannekoek, Hermann Gorter, Helmutt Wagner, Paul Mattick, Otto Rühle, entre outros, que tomaram esta experiência dos trabalhadores – os conselhos operários – como a forma de organização revolucionária do proletariado. Pannekoek disse que na época de Marx e Engels não havia a possibilidade de prever com clareza como o proletariado tomaria o poder e que o antigo poder estatal, no processo revolucionário, seria destruído e substituído pelos conselhos operários<sup>12</sup>. Sem esquecer as contribuições mais recentes e as novas questões surgidas com o desenvolvimento histórico, podemos dizer que estes são os principais teóricos da revolução proletária e também que eles se opõem tanto à social-democracia quanto ao bolchevismo, que, como já dizia o historiador marxista Arthur Rosenberg, nada têm a ver com o movimento operário<sup>13</sup>.

Mas hoje nos informam que tudo isto é utopia. Quem diz isso são aqueles que têm “compromisso com a sociedade

---

<sup>12</sup> PANNEKOEK, Anton. *Os Conselhos Operários*. In: PANNEKOEK, A. e outros. *Conselhos Operários*. Coimbra, Centelha, 1975.

<sup>13</sup> ROSENBERG, Arthur. *Democracia e Socialismo*. São Paulo, Global, 1989.

existente”. São estes que têm medo da utopia e nós sabemos muito bem que ninguém teme “sonhos irrealizáveis”. Nada é mais ridículo que dizer que as mudanças históricas no Leste Europeu demonstram que não haverá mais mudanças históricas. Os ideólogos da classe dominante são tão competentes em inverter a realidade que utilizam o próprio movimento histórico para dizer que ele não existe. Entretanto, o mais curioso disso tudo é que aqueles que até bem pouco tempo se diziam “defensores dos trabalhadores” agora assumem um discurso conservador em nome do “realismo político”. O comunismo passou, para estes, de negação do capitalismo para apenas um “remendo” deste.

A fórmula “socialismo democrático” é um belo exemplo disso. O socialismo, por natureza, é democrático e a democracia autêntica só pode existir no socialismo, ou seja, tal expressão é um contra-senso. Nos dizem que o socialismo democrático terá planejamento estatal convivendo com as leis do mercado e, ainda, com a pequena e média propriedade. O que é que tem isso de socialismo? Vejamos primeiro a que setores da sociedade tal projeto de sociedade beneficia: o planejamento estatal serve aos interesses da burocracia e a pequena e média propriedade serve aos interesses da pequena e média burguesia. Agora vejamos o que acontece com o seu prolongamento histórico: qualquer economista sabe que a pequena e média propriedade convivendo com as “leis do mercado” logo se tornam grandes propriedades, ou seja, há uma volta à situação anterior. Para os trabalhadores tal proposta acena apenas com a “redistribuição de renda”, ou seja, a diminuição da taxa de exploração e não sua abolição. Esta proposta visa construir, na verdade, um capitalismo reformado e não o modo de produção comunista.

O comunismo não é a redistribuição de renda e sim um modo de produção no qual os trabalhadores dirigem coletivamente os meios de produção implantando relações de produção comunistas, pois a redistribuição de renda pode ser refeita novamente e contra os trabalhadores, se estes não deterem a propriedade e direção dos meios de produção. É o modo de produção que determina a distribuição e é por isso, entre outras razões, que o comunismo se fundamenta na produção. A concepção do “socialismo democrático” ataca



apenas as questões superficiais do capitalismo e não as essenciais. Mantém-se a produção de mercadorias, a lei do valor, a propriedade privada, as classes sociais, o trabalho assalariado, o mais-valor, o Estado, etc., e, conseqüentemente, a exploração, a opressão e alienação. O “socialismo democrático” de socialismo só tem o nome. Sob o pretexto de realismo político, adere-se ao positivismo e ao reformismo. Mas em contraposição surge a utopia com seu caráter crítico-revolucionário negando o realismo político e o seu conservadorismo inerente.

O comunismo é a socialização dos meios de produção com base na autogestão social. Paul Mattick tinha razão quando disse que “nada prova de maneira mais peremptória o caráter revolucionário das teorias de Marx do que a dificuldade de assegurar a sua manutenção em períodos não-revolucionários”<sup>14</sup>. O comunismo de movimento de superação do capitalismo torna-se apenas um nome que justifica, inclusive, a permanência da sociedade burguesa, agora reformada. Apesar de dizerem que o marxismo morreu, a tendência é de ascensão do movimento revolucionário e, conseqüentemente, do marxismo. A classe operária vai seguir o seu caminho e deixa que os outros tagarelem.

---

<sup>14</sup> MATTICK, Paul. *Kautsky: de Marx a Hitler*. In: MATTICK, P. e outros. *Karl Kautsky e o Marxismo*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988, p. 23.

## **A DEMOCRACIA BURGUESA COMO VALOR UNIVERSAL**

---

**Nildo Viana**

---

A questão democrática é um tema que vem sendo muito discutido no Brasil. A crise do Leste Europeu coloca em discussão a relação entre socialismo e democracia. Neste debate surge a tese que diz que a democracia é um valor universal. O Brasil importou esta tese da Europa Ocidental, onde desde Kautsky aos euro-”comunistas” é defendida, e colocou-a em evidência no debate sobre a democracia. Mas não se deve estranhar que o “universal” não seja nativo e sim estrangeiro. Nesse caso nós apenas assimilamos algo estranho a nós como se fosse “nosso”. Isto é normal a povos subjugados pelo imperialismo. Mas onde existe submissão existe rebelião. Então, é hora de começar a nos rebelar.

A democracia representativa vem sendo apresentada principalmente como: a) uma conquista da classe trabalhadora; b) condição para implantação do socialismo; e c) um valor estratégico permanente que será conservado no comunismo. Para os que defendem tal tese, a democracia representativa surgiu das lutas dos trabalhadores e por isso é uma conquista da classe operária. Esta concepção considera que a classe operária molda as instituições e a sociedade de acordo com sua vontade arbitrária. As demais classes sociais não participam da história. Mas abandonando esta concepção positivista e substituindo-a por uma concepção dialética, afirmamos que a democracia representativa é um resultado da luta de classes.

A classe operária ao lutar com a burguesia queria ir além da democracia representativa e a burguesia não queria chegar até ela. Este resultado da luta de classes significou a vitória da burguesia, pois se ela recuou foi para manter sua dominação e o avanço do proletariado levou-a apenas a mudar a forma de dominação burguesa. Nessa luta o proletariado não atingiu o seu

objetivo (o comunismo) e a burguesia atingiu o seu (a conservação do capitalismo). Pode-se dizer que essa derrota do proletariado trouxe-lhe algumas vantagens para a sua luta posterior contra a burguesia, mas não se deve esquecer que elas foram muito limitadas e que trouxeram simultaneamente várias desvantagens e que parte das vantagens conquistadas se perderam com o desenvolvimento histórico devido ao fato da burguesia integrar esse sistema (democracia representativa) com cada vez mais eficiência na sua lógica de dominação.

Os ideólogos da “democracia como valor universal” nos dizem que ela é condição necessária para a implantação do socialismo. Esta tese se sustenta com a argumentação de que as liberdades políticas beneficiam a luta dos trabalhadores e se complementa na sociedade comunista que conservará certos “institutos democráticos”, necessários para a existência de uma vida democrática.

Vê-se claramente o caráter evolucionista de tal concepção. Segundo um autor brasileiro: “do mesmo modo como as forças produtivas materiais necessárias à criação da nova formação econômico-social já começam a se desenvolver no seio da velha sociedade capitalista, assim também esses elementos da nova democracia (da democracia de massa) já se esboçam – em oposição aos interesses burgueses e aos pressupostos teóricos do liberalismo clássico – no seio dos regimes políticos democráticos ainda dominados pela burguesia. No primeiro caso, trata-se de suprimir as relações de produção capitalistas para que as forças produtivas materiais possam se desenvolver plenamente, de modo adequado à emancipação humana; no segundo caso, trata-se de eliminar o domínio burguês sobre o Estado a fim de permitir que esses institutos políticos democráticos possam alcançar pleno florescimento e, desse modo, servir integralmente à libertação da humanidade trabalhadora”<sup>1</sup>.

Assim afirma-se que a democracia burguesa é uma condição para a democracia “socialista” e que a “evolução” das forças produtivas e a “evolução” da democracia política levam

---

<sup>1</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia Burguesa Como Valor Universal*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980, p. 25.

ao socialismo. Este evolucionismo unilinear que considera as forças produtivas e o estado como instrumentos que se aperfeiçoam na história é, como notou Rosa Luxemburgo, o caminho do reformismo: “a teoria da realização progressiva do socialismo por intermédio de reformas sociais implica – e é aí que se encontra o seu fundamento – um certo desenvolvimento objetivo tanto na propriedade privada como do estado”<sup>2</sup>. Acrescente-se a isso a visão instrumentalista das forças produtivas e do estado que mudariam “automaticamente”, eliminando-se as relações de produção e o domínio burguês<sup>3</sup>. Esquece-se o que é o estado e, pior ainda, adota-se uma visão simplista e mecânica a respeito das forças produtivas.

Pelo visto este autor dá um grande valor à questão do método. Apesar disto não só fez as afirmações acima citadas como também esta: “a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação (*aufhebung*): a primeira *elimina, conserva e eleva a nível superior* as conquistas da segunda”<sup>4</sup>. Como se vê, a ênfase é colocada na “conservação” e na “elevação” ao invés de ser na eliminação (que superação mais conservadora!). Marx, comentando Hegel, disse que para este “a negação da negação não é a confirmação do verdadeiro ser pela negação do ser ilusório” mas “é a confirmação do ser ilusório”<sup>5</sup>. O mesmo se aplica à tese acima exposta: a negação da negação não é a confirmação da verdadeira democracia pela

---

<sup>2</sup> LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou Revolução?* São Paulo, Global, 1986, p. 50.

<sup>3</sup> É óbvio que os escritos de Marx dão margem a esse tipo de interpretação no que se refere às forças produtivas mas não em relação ao estado. Sobre as forças produtivas Marx observou que a dialética dos conceitos “forças produtivas” e “relações de produção” apresenta limites que “estão por determinar e que não suprime a diferença real” (MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 1983, p. 227). De qualquer forma, vários pensadores marxistas (como A. Gorz) e não-marxistas (como Ivan Illich) questionam a neutralidade das forças produtivas e a técnica defendida pelas “esquerdas” tradicionais.

<sup>4</sup> COUTINHO, C. N. ob. cit. p. 31.

<sup>5</sup> MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. In: FROMM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1964, p. 171.

negação da democracia ilusória mas é a confirmação da democracia ilusória.

Outro equívoco desta abordagem está em não tomar as sociedades contemporâneas como uma totalidade concreta e onde o modo de produção é a determinação fundamental. A ênfase na “democracia política” e na “teoria ampliada do estado” significa desconhecer a essência e se iludir com a aparência. O modo de produção é apagado e substituído pela formação social criando-se uma “totalidade abstrata”. É o que o filósofo Karel Kosik chama de o “mundo da pseudoconcreticidade”<sup>6</sup>.

Partindo desses pressupostos chega-se a conclusão evidente de que se deve formar uma aliança de classes, incluindo até “setores da burguesia”, e aprofundar a democracia de massas. Vê-se que tal posição defende a reforma legal para aprofundar a democracia e chegar ao socialismo. Mas desde Rosa Luxemburgo sabemos que “a reforma legal e a revolução não são métodos diferentes do progresso histórico que se possam escolher a vontade como se se escolhessem salsichas ou carnes frias para almoçar, mas fatores diferentes da evolução da sociedade classista, que se condicionam e se completam reciprocamente, excluindo-se, como, por exemplo, o pólo norte e o pólo sul, a burguesia e o proletariado”<sup>7</sup>. Adere-se a política da burguesia e apesar das citações de Marx, Engels, Lênin e Gramsci, os defensores destas teses, são, na realidade, herdeiros de Kautsky e Bernstein.

Mas será que eles não têm razão? As liberdades políticas não beneficiam a luta dos trabalhadores? A resposta é a seguinte: em uma democracia representativa há liberdade de organização, de reunião, de manifestação e principalmente há espaço para uma “guerra de posição” que possibilita a classe operária dominar certos institutos democráticos e utilizá-los para implantar a sua “hegemonia”. Mas vejamos tudo isto mais de perto. Começemos pela liberdade de organização: para se organizar em partido político é necessário atender a certas

---

<sup>6</sup> Cf. KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

<sup>7</sup> LUXEMBURGO, Rosa. Ob. cit., p. 100.

exigências do sistema político nacional, que só é possível tendo uma sólida estrutura financeira e burocrática, pois é preciso contratar funcionários, ter local para os diretórios, de uma gráfica (ou recursos para as despesas de publicação), etc. Isto cria uma dificuldade enorme para a classe trabalhadora devido ao seu baixo nível de renda. Isto também se reflete na possibilidade de existência e eficiência de todas as outras organizações operárias, exceto os sindicatos, devido à contribuição sindical obrigatória, mas ela se torna isolada das massas já que o seu campo de ação é a categoria profissional, onde geralmente uma minoria é sindicalizada, e também é um lugar propício à burocratização e à subordinação a outras organizações mais amplas (partidos, estado).

A liberdade de reunião, por sua vez, só é possível havendo locais para realizá-las e as classes exploradas não possuem estes locais e nem os recursos para consegui-los. Finalmente, a liberdade de manifestação é uma ficção. Além das dificuldades de organização e reunião que influenciam as possibilidades de “livre manifestação”, ela é limitada pelas leis e pelo fato dos trabalhadores não terem tempo, acesso a informações e condições financeiras para sistematizar suas idéias e manifestá-las.

É claro que tudo isso só é aplicável à classe trabalhadora. Para a burguesia é o contrário que vale, como demonstra, para ficar em apenas um exemplo, o seu monopólio sobre os meios de comunicação de massas. As chamadas “liberdades políticas” na sociedade burguesa consistem no “direito à liberdade” que na verdade contradiz a liberdade real, pois tal direito é uma impossibilidade prática (exceto para a burguesia). A desigualdade financeira faz da “liberdade” burguesa uma ficção.

Resta-nos analisar o campo que a “democracia” nos reserva para a “guerra de posição”. Todos sabem que para conquistar a famosa “hegemonia” é necessário forjar os meios materiais que a tornem possível. Esses meios materiais, segundo alguns teóricos, são conquistados pelas forças populares na disputa com as forças reacionárias e são os que se pode chamar “institutos democráticos”. Estes se encontram na sociedade civil e na sociedade política. Mas quem deve conquistá-los? As massas populares e os partidos democráticos. Podemos dizer que

as “massas populares” acabam submetendo os “institutos democráticos” que conquistaram a organizações burocráticas (partidos, estados, etc.). As causas disto são as seguintes: a) as classes exploradas, no capitalismo, devido suas condições de vida (condições financeiras, falta de tempo, cansaço, etc.) e a corrupção generalizada da sociedade burguesa não participam nestes “institutos democráticos”, sendo coisa de minorias; b) entre essas minorias participantes, surgidas das massas, grande parte persegue seus interesses pessoais (por exemplo, utilizar um cargo na associação de bairro como trampolim para se candidatar a vereador); c) outra parte dessas minorias participantes, que poderíamos denominar de “esquerda” utilizam estes institutos como correias de transmissão dos seus partidos; e d) essas minorias, a carreirista e a de “esquerda”, acabam seguindo a dinâmica do estado capitalista e da “conjuntura política”. Mas não se deve esquecer que existem exceções entre estas “minorias”. De tudo que foi visto, o que se nota é que a política continua sendo definida de “cima para baixo” e não como quer os ideólogos da democracia como valor universal, de “baixo para cima”. A idéia contrária só é possível quando não se compreende a relação entre estado/sociedade e de ambos com os partidos políticos.

Segundo a ideologia da democracia como valor universal, as forças populares precisam manter uma unidade na sua luta que é realizada no(s) partido(s) democrático(s) de massa, principalmente os da classe operária. O partido é a síntese das forças populares e busca pressionar/conquistar a sociedade política. Esta tese revela mais uma vez a visão instrumentalista: o partido é um instrumento das forças populares. Na verdade, os partidos políticos não são instrumentos e não representam as classes exploradas (“massas”, “forças populares”).

Contudo, não há espaço aqui para colocar a questão do partido de forma aprofundada e por isto faremos apenas alguns apontamentos<sup>8</sup>. O partido político para disputar o espaço da sociedade política tem que atender as exigências do sistema político que inclui sua adaptação ao sistema partidário e

---

<sup>8</sup> Cf. VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos*. Goiânia, Edições Germinal, 2003.

eleitoral. Para se adaptar ao sistema partidário é preciso cumprir as exigências legais como possuir diretórios em diversas cidades para ser registrado e não fazer propaganda política contrária ao “regime democrático”. Isto coloca, conseqüentemente, dois tipos de exigência: de um lado estrutura financeira e burocrática; de outro lado, limites à divulgação de sua concepção política.

Mas além disso, o sistema partidário cumpre um papel ideológico junto às classes exploradas: “é o *sistema partidário* que permite indivíduos com pontos de vista ideológicos opostos a manter *lealdade* ao Estado: livre pensamento implica em pontos de vista divergentes assim como preferências, e indivíduos com preferências partidárias diferentes podem sempre aspirar a que seu partido possa subir ao poder através de eleições livres, e se isto termina por não se concretizar, pelo menos isto sucedeu no jogo eleitoral justo (oferecido pelo estado através do *sistema eleitoral*)”<sup>9</sup>.

A adaptação ao sistema eleitoral coloca como exigências: a existência de diretórios ou executivas provisórias, o registro de candidaturas, etc. Mas isto é seu aspecto puramente formal. O sistema eleitoral é muito mais complexo do que deixa transparecer as exigências legais de participação. Ele revela seu “lado oculto” quando notamos que o objetivo dos partidos e candidatos é ganhar as eleições. Aliás, os próprios sistemas partidário e eleitoral forçam os partidos a isto sob pena de marginalização (por exemplo, nos meios de comunicação). Para conquistar a vitória eleitoral é necessário deter enormes somas de recursos financeiros. É isto que possibilita a propaganda de massas (panfletos, outdoors, comitês, automóveis, aparelham de som, distribuição de brindes, etc.) e sem ela é muito difícil um bom desempenho nas eleições.

A propaganda de massas é outro elemento necessário nos grandes centros urbanos com sua população densa. Ela consiste, essencialmente, em divulgar para a maior camada possível da população o nome dos candidatos. Nós sabemos que outdoors, adesivos, etc., não apresentam nenhuma mensagem política e que os panfletos, geralmente com o nome, o número e a foto e a

---

<sup>9</sup> COSTA NETO, L. *Hegemonia e Política de Estado*. Paz e Terra, Vozes, 1988, p. 77.



biografia do candidato (alguns melhor elaborados contém mensagens políticas genéricas ou demagógicas), também não trazem nenhum conteúdo político criterioso e por isso não é difícil perceber o caráter despolitizante da propaganda de massas, mesmo quando feita pelas “esquerdas”.

Outro fator importante que serve para amortecer a reprodução da luta de classes na disputa eleitoral é o condicionamento do discurso pelo sistema eleitoral, principalmente quando o objetivo é a vitória eleitoral. Os partidos de “esquerda” tendem a considerar a classe trabalhadora “despolitizada” e como realmente o voto desta vai para diversos partidos (de direita e de “esquerda”), ele se torna fragmentário e a conquista dos votos das classes auxiliares da burguesia passa a ser necessário. Entretanto, a classe trabalhadora e as classes auxiliares da burguesia possuem interesses diferentes e por isso o discurso político se torna moderado e voltado para atender os mais variados interesses. Os partidos burgueses também tentam conquistar os votos de todas as classes sociais. O discurso eleitoral é, por sua natureza, um discurso policlassista e, portanto, despolitizante.

De nada adianta os partidos de “esquerda” lamentarem que os trabalhadores votem nos conservadores, pois são eles que reproduzem a política da burguesia. Daí o voto nulo, que em muitos casos representa a negação do sistema eleitoral, ser mais politizado do que pode parecer à primeira vista. Mas o rompimento com a política da burguesia significa, ao mesmo tempo, um rompimento com a social-democracia que raivosa se volta contra os trabalhadores, por serem “despolitizados”. Do ponto de vista da social-democracia, os trabalhadores são despolitizados e do ponto de vista do proletariado a social-democracia é despolitizada e despolitizante. Isto é possível porque se entende coisas diferentes por “política” e a política da burguesia é diferente da política dos trabalhadores.

A concepção burguesa da política, reproduzida pela social-democracia, afirma que a luta política deve convergir para o estado, que é a “síntese” da sociedade civil. O estado burguês assume a aparência universal e esse processo de universalização cria o “interesse nacional” e a “cidadania”. Esta é uma das formas de se apagar as lutas de classes na sociedade, pois todos

são “cidadãos” que defendem o “interesse nacional”. A cidadania retira as diferenças de classe e o interesse nacional as diferenças dos interesses de classe<sup>10</sup>.

Marx dizia que o direito é a aplicação de uma regra única a seres humanos que são diferentes e, sendo assim, pode-se dizer que o “direito ao voto” ou o “direito a candidatar-se” não passa de uma farsa, pois os eleitores e aqueles que querem ser candidatos são pessoas com inúmeras diferenças (financeiras, políticas, culturais, etc.), ou seja, o direito igual é aplicado a pessoas de diferentes classes sociais e por isso significa a desigualdade e a injustiça. Trata-se de uma armadilha ideológica, pois ao invés do operário, burocrata, camponês, burguês, etc., aparece “o cidadão”. Os cidadãos possuem os mesmos direitos e portanto são, nessa inversão da realidade, iguais. Por isso, “a emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo *egoísta independente* e, de outro, a *cidadão do estado*, a pessoa moral”. Porém, “somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em *ser genérico*, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas forças próprias [próprias forças] como forças *sociais* e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força *política*, somente então se processa a emancipação humana”<sup>11</sup>.

A partir disto se coloca a opção: os partidos de “esquerda” fazem uma política de classe e se arriscam a perder as eleições mas contribuem na organização e mobilização dos trabalhadores ou fazem a política da burguesia e podem até ganhar as eleições mas neste caso já estarão desfigurados e isto seria contrário aos interesses da classe trabalhadora.

A luta das esquerdas deve ser contra o capitalismo e sua democracia. Isto não quer dizer que se deve abandonar definitivamente qualquer tipo de participação em tal “democracia”. Mas esta participação deve estar subordinada aos

---

<sup>10</sup> Para uma crítica mais aprofundada da ideologia da cidadania, cf. VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.

<sup>11</sup> MARX, Karl. *A Questão Judaica*. São Paulo, Moraes, 1978, p. 51-52.

interesses de classe do proletariado e que por isso tem como objetivo principal acirrar as contradições do capitalismo e colocar em evidência o programa comunista. Contudo, deve-se deixar claro que a participação ou não-participação, assim como suas formas, dependem fundamentalmente do momento histórico e da especificidade e situação concreta de cada país. A incompreensão da situação particular de cada país leva geralmente ao não-entendimento de certos fenômenos e por isso se desenvolve uma prática política equivocada. Um exemplo disso foi a incompreensão de Trotsky sobre o papel do anarquismo e do POUM (Partido Operário de Unificação Marxista) na guerra civil espanhola, o que lhe valeu a ruptura com Victor Serge e outros militantes.

As esquerdas em vez de se iludirem com a democracia burguesa e com as reformas legais procurando, sobre hegemonia das classes auxiliares da burguesia, formar um “bloco histórico reformista”, deveriam assumir uma política de classe procurando, sob hegemonia do proletariado, formar um “bloco revolucionário”. Este contaria com o proletariado e com classes e frações de classes que podem historicamente cumprir um papel revolucionário, como, por exemplo, o campesinato e o lumpemproletariado. As organizações revolucionárias e os movimentos sociais, como o ecológico, o negro, o das mulheres, entre outros, também devem compor este bloco juntamente com os indivíduos revolucionários provenientes de outras classes sociais.

Além da composição social diferenciada, o bloco revolucionário difere do bloco reformista pelo projeto político. O programa de reformas caracterizado por ser antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista do bloco reformista não toca questões essenciais e caracterizadores do programa comunista, como a abolição do mais-valor, do estado e a autogestão social. O bloco reformista propõe reformar o capitalismo ao invés de superá-lo. O bloco revolucionário, por sua vez, propõe a destruição do capitalismo e a instauração do comunismo, o que significa colocar a ênfase na transformação das relações de produção e não em questões superficiais.

Mas se a opção dos partidos de “esquerda” for ganhar as eleições, a situação se altera. Uma vez ganhando as eleições, os

“representantes dos trabalhadores” não podem fazer muita coisa no parlamento por vários motivos: desde os limites constitucionais e regimentais até a composição majoritariamente conservadora que caracteriza o parlamento, sem falar na pressão do poder executivo e dos lobbies extraparlamentares.

Caso conquiste o poder executivo, o que ocorrerá é que os “representantes dos trabalhadores” vão administrar o capitalismo para a burguesia. Existe uma contradição entre a classe operária e o poder político burguês e cabe a quem entra na luta política escolher o lado que vai ficar. A estrutura burocrática e hierárquica do poder burguês e o seu funcionamento condicionado pelo modo de produção capitalista fazem com que, independentemente de quem está no poder, o movimento operário acabe sendo reprimido por ele. Não é preciso apresentar os exemplos disso no mundo, inclusive no Brasil. As regras da democracia burguesa são contra-revolucionárias e por isso não há sentido em dizer que ela é condição para instauração do socialismo. A instauração do socialismo só é possível com a sua destruição.

Os ideólogos da democracia burguesa também dizem que a democracia é um valor estratégico permanente que deve ser preservado no socialismo (comunismo) convivendo com a “democracia direta”. Então vejamos se há compatibilidade entre democracia representativa e socialismo. O socialismo como projeto político ainda não foi realizado historicamente, embora tenha se concretizado em breves momentos e posteriormente tenha sido derrotado pela contra-revolução, significa fundamentalmente a socialização dos meios de produção. Isto quer dizer que os meios de produção se tornam propriedade coletiva. Mas a propriedade só é verdadeiramente coletiva se a coletividade possuir a sua direção. Portanto, o socialismo pressupõe a autogestão. O socialismo significa o fim da divisão social do trabalho. Ora, a democracia representativa se baseia na divisão entre representantes e representados, o que leva fatalmente a divisão entre dirigentes e dirigidos e entre não-produtores e produtores: o representante não vai dispor de tempo para executar suas funções se for também um produtor. Assim, o produtor perde o poder de decisão em favor do não-produtor. Mantém-se a divisão social do trabalho e realiza-se a

“perversão” da representação que se transforma em nova forma de dominação e exploração.

O que pode parecer “perversão” da representação é, na verdade, sua própria natureza. Na sociedade capitalista as diversas classes sociais deveriam elaborar um projeto político que expressasse suas necessidades, interesses, aspirações e escolher alguém para apresentá-lo. Entretanto, são as cúpulas que já detém o poder político e financeiro que preparam diversos programas políticos e os apresentam a população. Esta é obrigada a escolher um destes ou não escolher nenhum, abstando-se. Deve-se acrescentar que nem todos os candidatos são eleitos e com isso apenas parte da população é “representada”, que é a parte dos eleitores que votaram nos candidatos vencedores. A representação significa a transferência de poder do representado para o representante.

Aqueles que compreendem que no “socialismo” deve haver uma união entre democracia representativa e direta pensam que numa sociedade socialista será diferente. Isto não é verdade, pois, “numa sociedade socialista, um poder político organizado sob formas de democracia representativa (eleição a cada tantos anos e sobre a base de programa genéricos, o indivíduo isolado como sujeito político, concentração formal do poder num corpo representativo) está condenado a ser mais mistificado e mistificante do que numa sociedade capitalista. Todas as decisões reais, e antes de mais nada a determinação do plano econômico, escaparão ao controle do eleitor e do parlamento: um e outro serão impotentes e não estarão preparados para exercer este controle. O poder real será então assumido por uma estrutura centralizada, por uma minoria iluminada: o partido (ou os partidos) dominante e a tecnocracia. E por trás do véu da soberania popular, das eleições, do parlamento, todos os coletivos sociais ficarão reduzidos à categoria de instrumentos consultivos ou de correias de transmissão da vontade de uma minoria”<sup>12</sup>. Resta lembrar que isto, entretanto, não será socialismo.

---

<sup>12</sup> MAGRI, Lúcio. *Parlamento ou Conselhos Operários*. In: PANNEKOEK, Anton e outros. *Conselhos Operários*. Coimbra, Centelha, 1975, p. 109.

A democracia representativa não é um valor universal e sim um valor burguês (específico de uma classe). É também uma forma de dominação burguesa que pode se transformar em uma forma de dominação burocrática. Marx já dizia que uma classe que pretende se tornar uma nova classe dominante apresenta seus interesses particulares como os interesses gerais da sociedade<sup>13</sup>. Uma vez no poder esta classe se apresenta como portadora e representante de toda a sociedade. A nova dominação de classe e a nova sociedade classista passam a ser consideradas “naturais” e “universais”, invertendo a realidade na esfera da consciência. É assim que a democracia “burguesa” se torna um valor “universal”.

A solução deste dilema só pode surgir quando aparecer uma classe que não pode se libertar sem, ao mesmo tempo, abolir todas as classes e, conseqüentemente, a dominação de classe em geral. Esta classe é o proletariado, pois ele ao se libertar concretiza a libertação de toda a sociedade. Assim, o interesse particular do proletariado é, ao mesmo tempo, o interesse geral da sociedade. A unidade do interesse particular de classe e o interesse geral da sociedade se materializa no proletariado.

Mas pode surgir, no capitalismo, uma outra classe social querendo se tornar uma nova classe dominante e que, por isso, deve apresentar seus interesses particulares como universais. Como é na classe operária que se dá a fusão do particular com o geral, esta classe precisa se auto-intitular representante ou vanguarda do proletariado. Kautsky afirmou que o movimento operário é incapaz de emancipar o proletariado estando desprovido de teoria, que é acessível aos meios burgueses<sup>14</sup>.

Segundo Massimo Salvadori, Kautsky pretendia “desenvolver o marxismo” com a intenção de retirar os aspectos “utopistas” do pensamento de Marx e Engels. Mas acabou fazendo “uma revisão do próprio marxismo”. Qual o caráter desse revisionismo? Salvadori diz que “esse revisionismo refere-se aos seguintes pontos fundamentais: a teoria da crise ‘final’ do

---

<sup>13</sup> MARX, Karl. *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. In: MARX, Karl. *A Questão Judaica*. Ob. Cit.

<sup>14</sup> KAUTSKY, Karl. *As Três Fontes do Marxismo*. São Paulo, Global, s/d.

capitalismo, a ‘ruptura’ da máquina estatal, o autogoverno, o fim da divisão do trabalho e a ‘extinção’ do Estado”<sup>15</sup>. Acrescenta-se a isso a sua tese de que são necessários os “métodos científicos” para se alcançar a consciência socialista e vemos claramente o seu caráter burocrático.

A burguesia e a burocracia são as classes que têm o interesse em afirmar que a democracia é um valor universal e Kautsky foi o primeiro grande ideólogo da burocracia. Certamente o foi de forma não consciente. Trocando a ordem da frase de Marx, pode-se dizer que assim como não se julga uma época de transformação pela consciência que ela tem de si mesma, não se pode julgar um indivíduo pela consciência que tem de si. Afinal, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”<sup>16</sup>.

Nem todos os que se dizem socialistas realmente o são. Como bem disse François Perroux, muitos “acreditam estar morrendo pela classe, morrem pelos rapazes do Partido. Acreditam estar morrendo pela Pátria, morrem pelos industriais. Acreditam estar morrendo pela liberdade da Pessoa, morrem pela Liberdade dos dividendos. Acreditam estar morrendo pelo Proletariado, morrem por sua burocracia. Acreditam estar morrendo por ordens de um estado, morrem pelo dinheiro que mantém o estado. acreditam estar morrendo por uma Nação, morrem pelos bandidos que a amordaçam”<sup>17</sup>.

Nós, à esquerda, ao contrário da burocracia, devemos formar um “bloco revolucionário” e incentivar a auto-organização das massas através de conselhos de fábrica, comitês de bairro, etc. e com isso, destruir o estado burguês e sua “democracia”, construindo a autogestão social, a única forma possível que manifesta a etimologia da palavra democracia: governo do povo.

---

<sup>15</sup> SALVATORI, M. *Premissas e Temas da Luta de Karl Kautsky contra o Bolchevismo*. In: MATICK, P. e outros. *Karl Kautsky e o Marxismo*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988, p. 164.

<sup>16</sup> MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1982, p. 37.

<sup>17</sup> Apud. MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. 6ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 194.

## **CRÍTICA AO ANARCO-MARXISMO** **Contra Nildo Viana e a Deformação do Marxismo** \*

---

**Carlos Moreira**

---

O pensamento de Marx e Engels e de seus seguidores obtiveram inúmeras interpretações e deformações no decorrer de sua história. Hoje, com a crise do “socialismo real” e a ofensiva ideológica da burguesia, o marxismo é recusado por uns e deformado por outros. A tendência atual mais forte é a deformação anarquista do marxismo. Esta, obviamente, não nasceu hoje e possui uma longa tradição mas é agora que ela tende a fortalecer-se. Pretendo realizar, neste texto, uma crítica a esta forma específica de deformação do marxismo: o anarco-marxismo. Farei isto a partir da análise de dois artigos de um jovem anarco-marxista brasileiro<sup>1</sup>.

Na verdade, nenhum dos “anarco-marxistas” se denomina como tal. Geralmente se intitulam “marxistas libertários”, “anarquistas”, “socialistas libertários”, “comunistas libertários”, “comunistas conselhistas”, “marxistas autogestionários” ou simplesmente “marxistas”. O anarco-marxismo tem duas fontes principais: uma surge no seio do anarquismo e busca enriquecer-se com a teoria econômica marxista e outra surge do seio do

---

\* Este texto foi produzido e enviado para a Revista Brasil Revolucionário, no ano de 1992, sendo que não foi publicado e nem sequer os responsáveis pela Revista responderam dizendo que o texto não era de seu interesse. Certamente era para proteger um de seus colaboradores. Apesar do texto estar meio “antigo” julgo que ainda tem valor e pode contribuir com o processo necessário de crítica do anarco-marxismo.

<sup>1</sup> Na verdade, existe um conjunto de anarco-marxistas no Brasil que possuem elementos comuns convivendo com alguns elementos divergentes, tais como: Maurício Tragtenberg, Fernando Prestes Motta, Lúcia Bruno, Fernando Coutinho Garcia, Nildo Viana, etc. A minha crítica, devido a extensa produção deste conjunto, centrará apenas no último, um jovem representante do anarco-marxismo brasileiro.



marxismo, buscando no arsenal anarquista os fundamentos para uma crítica da política.

A primeira fonte do anarco-marxismo nos trouxe representantes renomados. Já se disse, por exemplo, que o próprio Bakunin era “marxista” pois aceitava a doutrina do “materialismo histórico”. Entretanto, a ênfase colocada na destruição do poder e na ideologia que o coloca como o “núcleo” autônomo da dominação e exploração, deixa Bakunin longe demais do marxismo para ser considerado anarco-marxista. Os dois representantes clássicos do anarco-marxismo, que saíram do campo do anarquismo, são, sem dúvida, Pierre Ansart e Daniel Guérin. Pierre Ansart, o autor de *Marx et Anarchisme*, busca aproximar Marx de Proudhon através de seus “pontos comuns”. Daniel Guérin realiza uma crítica do “jacobinismo leninista-stalinista” e busca criar uma síntese das teorias de Marx, Rosa Luxemburgo e de Trótski, em seu período antibolchevista, com os clássicos do anarquismo: Bakunin, Proudhon, Malatesta, Kropotkin, Max Stirner, entre outros. Eric Vilain, outro anarco-marxista, busca integrar o marxismo no marxismo, uma parte, a considerada mais inofensiva aos princípios anarquistas, do edifício teórico marxista: a crítica da economia política. Segundo Vilain: “ora, O Capital não chega a nenhuma conclusão em matéria de estratégia política, modo de organização, programa; atesta simplesmente o fracasso de todas as tentativas da burguesia de restaurar o sistema e vedar as brechas”<sup>2</sup>.

A segunda fonte do anarco-marxismo sai do campo do marxismo e se fundamenta na obra de Rosa Luxemburgo, acusada por muitos marxistas de ser uma “anarquista”. A crítica feroz de Rosa Luxemburgo ao bolchevismo e o seu espontaneísmo a colocam como a primeira e mais moderada dos anarco-marxistas. Os chamados “comunistas conselhistas” radicalizaram o anti-bolchevismo e o espontaneísmo do luxemburguismo e acrescentaram a negação completa dos partidos e sindicatos juntamente com um anti-sovietismo que

---

<sup>2</sup> VILAIN, Eric. *A Questão Econômica*. in: VÁRIOS. *Os Anarquistas Julgam Marx*. Brasília, Novos Tempos, 1986.

chegou ao extremo de caracterizar a sociedade soviética como “capitalista”.

O anarco-marxismo de origem anarquista busca incluir em sua doutrina a teoria econômica de Marx e o de origem marxista busca integrar em sua doutrina a negação da política presente nos clássicos do “socialismo anarquista”. Essas tentativas foram alvos de críticas tanto de anarquistas quanto de marxistas que recusaram o ecletismo deformador de ambas as doutrinas. Lênin não perdoou os “comunistas de conselhos” e lhes fez uma crítica desapiedada, em *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, assim como respondeu às críticas de Rosa Luxemburgo. Do lado do anarquismo, embora sem o brilhantismo de Lênin, Maurice Joieux condenou a tentativa eclética de Daniel Guérin e refutou, do ponto de vista anarco-sindicalista, as teses de Rosa Luxemburgo e do comunista conselheiro Anton Pannekoek<sup>3</sup>.

Os fundamentos políticos do anarco-marxismo são: a) união de concepções anarquistas e marxistas; b) espontaneísmo fundado no economicismo; c) negação do papel da vanguarda, seja expressa no partido ou no sindicato; d) negação das experiências socialistas e da experiência da revolução bolchevique; e) identificação do comunismo com a autogestão; f) negação da necessidade de um “período de transição” entre capitalismo e comunismo; g) negação de um “estado de transição” e defesa da “destruição do estado” de forma imediata; h) negação de qualquer forma de participação na “democracia burguesa”; i) seleção de obras de Marx e Engels e de teóricos marxistas “aceitáveis” pela doutrina.

Pretendo demonstrar que estas teses estão presentes em um anarco-marxista brasileiro e posteriormente irei refutá-las. Trata-se do anarco-marxista Nildo Viana, que não esconde os teóricos em que se baseia: Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Daniel Guérin, Karl Korsch, Anton Pannekoek, Paul Mattick, Otto Rühle, Helmutt Wagner, entre outros. Ele se filia explicitamente à tradição anarco-marxista. A sua simpatia pelo anarquismo revela-se claramente nos seus textos: “Após Marx,

---

<sup>3</sup> JOYEUX, Maurice. *Autogestão, Gestão Direta, Gestão Operária*. Brasília, Novos Tempos, 1988.

foi Rosa Luxemburgo quem se baseou no movimento real dos trabalhadores para elaborar sua teoria revolucionária. Rosa, ao observar a explosão de greves de massas em vários países e principalmente na Rússia Czarista, definiu-as como a arma política mais poderosa do proletariado. O que era “tese anarquista” foi retomado por Rosa Luxemburgo como força universal da luta operária<sup>4</sup>. A “incompreensão de Trótski” do papel do anarquismo na Guerra Civil Espanhola levou-o a uma prática política equivocada e isto provocou o seu rompimento com Victor Serge e outros militantes<sup>5</sup>. Estas afirmações deixam claro a positividade que o autor vê no anarquismo. Na verdade, o que ele busca fazer é recuperar a crítica da política realizada pelo anarquismo e integrá-la na teoria geral de Marx e Engels, juntamente com a dos outros anarco-marxistas.

A classe operária, segundo tal autor, é o sujeito histórico que cria o comunismo. Portanto, é no movimento real dos trabalhadores que se pode observar como isso ocorrerá. Mas onde está a fundamentação de tal afirmação, ou seja, quem disse que o comunismo é criação dos trabalhadores? Segundo Nildo Viana, seguindo Marx em *A Miséria da Filosofia*, a classe operária devido sua condição econômica de classe cria interesses comuns e também a consciência destes interesses. A classe trabalhadora faz a revolução espontaneamente devido sua condição determinada pelo modo de produção. O espontaneísmo está fundamentado numa concepção economicista. Segundo ele, “o comunismo se fundamenta na produção”<sup>6</sup>.

Se a classe operária faz sua revolução espontaneamente, então torna-se desnecessário o papel da vanguarda, do partido político, do sindicato. A revolução não é tarefa de partido político e os sindicatos são propícios à burocratização. A classe se liberta por si mesma e os partidos e sindicatos exercem geralmente uma ação conservadora sobre as massas<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> VIANA, Nildo. *Quem Tem Medo da Utopia?* in: Brasil Revolucionário. ano II, n. 7, Dezembro de 1990.

<sup>5</sup> Veja: VIANA, Nildo. *A Democracia Burguesa Como Valor Universal*. in: Brasil Revolucionário. Ano II, n. 8, Abril de 1991.

<sup>6</sup> VIANA, Nildo. op. cit. pag. 39.

<sup>7</sup> Veja: VIANA, Nildo. *A Democracia Burguesa Como Valor Universal*. op. cit.

Neste sentido, a revolução russa realizada pelo partido bolchevique não pode ser considerada uma revolução socialista. Segundo Nildo Viana, “o bolchevismo é uma expressão ideológica do atraso da Rússia Czarista”<sup>8</sup>. O que a revolução bolchevique fez foi implantar um “capitalismo de estado”. Portanto, não existem sociedades socialistas no mundo.

Se não existe socialismo no mundo, resta então a pergunta: o que é o socialismo? Segundo Nildo Viana, o socialismo é autogestão, tal como demonstra as experiências históricas do movimento operário (Comuna de Paris, Revolução Russa, Revolução Alemã) que esboçaram, mas nunca cristalizaram, a nova sociedade. Baseando-se em Pannekoek, o nosso autor diz que o poder estatal será destruído e substituído pelos conselhos operários e, por isto, não haverá “período de transição” e nem “estado de transição”. A passagem do capitalismo ao comunismo se dá diretamente.

Diante deste conjunto de idéias percebe-se muito pouco qual é o papel dos revolucionários e teóricos de esquerda e quais são as formas de ação política que eles podem desempenhar. Sobre esse ponto Nildo Viana é extremamente vago e limita-se a dizer que cabe à esquerda “formar um ‘bloco histórico revolucionário e incentivar a auto-organização das massas através de conselhos de fábrica, comitês de bairros, etc. e, com isso, destruir o estado burguês e sua ‘democracia’ construindo a autogestão social, a única forma possível e verdadeira de democracia”<sup>9</sup>.

Vê-se, aqui, a negação da participação na democracia burguesa e a proposta de sua destruição como condição para a implantação da autogestão. Essas teses se baseiam nos escritos de Marx que são preferidos pelos “marxistas idealistas”: os escritos de juventude. Coloca-se a ênfase em textos como os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, entre outros. Os textos do “Jovem Marx” são complementados pelos “escritos da maturidade” mas levando-se em conta apenas os seus aspectos econômicos (aqui

---

<sup>8</sup> VIANA, Nildo. *Quem Tem Medo da Utopia*. op. cit., p. 39.

<sup>9</sup> VIANA, Nildo. *A Democracia Burguesa como Valor Universal*. op. cit. pag. 18.

Nildo Viana faz tal como os anarquistas do tipo Bakunin e Vilain). Daí a necessidade de afirmar que entre o “jovem Marx” e o “Marx da maturidade” não houve nenhuma ruptura, pois é para justificar o primeiro que se usa as teses do segundo. Como coloca Nildo Viana, nos escritos do “Marx da maturidade” apresenta-se uma “teoria do capitalismo e da revolução proletária” e nos escritos de juventude apresenta-se uma “teoria da alienação”, ou seja, num caso temos o “elemento passivo” da revolução (o modo de produção capitalista e suas contradições) e noutro temos o seu “elemento ativo” (a alienação humana e a necessidade de sua superação). Em uma palavra: seleciona-se os textos econômicos de Marx, para lhe dar um caráter economicista, complementado-os com os escritos de juventude, para assim poder justificar o espontaneísmo<sup>10</sup>. Estes textos selecionados são complementados por escritos de anarco-marxistas como Rosa Luxemburgo, Anton Pannekoek, Paul Mattick, Karl Korsch, Daniel Guérin, entre outros.

Se até agora me limitei a comprovar o caráter anarco-marxista das teorias de Nildo Viana, agora passarei a fazer a sua crítica. A sua tese de que o pensamento de Marx atravessou três fases que significam um aprofundamento dele, tem como base (nada mais nada menos) as idéias dos voluntaristas Erich Fromm e Daniel Guérin. Para esses autores, não houve nenhuma ruptura entre o jovem Marx e o Marx da maturidade. Ernest Mandel também rejeitou esta teoria stalinista, mas sem cair nos desvios voluntaristas. Tal concepção da existência de “dois Marxs” foi retomada recentemente pelo estruturalista marxista Louis Althusser e criticada de forma excepcional por Nildo Viana. Mas, o que é uma característica do anarco-marxismo, a crítica poderosa não é acompanhada por uma proposta alternativa satisfatória.

Daniel Guérin utiliza inúmeras citações de Trótski e Rosa Luxemburgo para combater Lênin e o bolchevismo e assim colocar em evidência que a revolução socialista é produto espontâneo do proletariado<sup>11</sup>. Mas Nildo Viana se baseia

---

<sup>10</sup> Veja: VIANA, Nildo. *Do Jovem Marx ao Marx da Maturidade*. in: Teoria e Práxis. n. 3, Novembro de 1991.

<sup>11</sup> Veja: GUÉRIN, Daniel. *O Futuro Pertence ao Socialismo Libertário*. Porto Alegre, Prôa, sem data.

principalmente na teoria da “natureza humana alienada” de Erich Fromm. Este “freudo-marxista” possui algumas semelhanças com o anarco-marxismo em seu pensamento: a) com base na idéia de “natureza humana” adere ao voluntarismo; b) é um crítico de Lênin e o denomina, juntamente com Bukhárin, de “positivista mecanicista”; c) nega o papel do partido político; d) classifica a Sociedade Soviética como um “capitalismo de estado conservador”; e) é a classe trabalhadora, por ser “a mais alienada de todas”, que levará à emancipação humana<sup>12</sup>.

Ernest Mandel fez uma crítica bastante perspicaz da tese de Erich Fromm sobre a “natureza humana alienada”. Segundo Mandel, Erich Fromm confunde a concepção antropológica da alienação contida nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* com a concepção histórica presente n’*O Capital*: “Fromm, por exemplo, escreve: ‘é de uma extrema importância, para a compreensão de Marx, constatar quanto o conceito de alienação foi e permaneceu o ponto central do pensamento do jovem Marx, que escreveu os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* e do ‘velho’ Marx que escreveu *O Capital*’. Fromm cita, a esse propósito, explicitamente, a idéia de que a alienação, para Marx, implica uma alienação do homem da natureza. Mas é evidente que está completamente ausente do *Capital*. Igualmente, a tentativa de identificar o conceito de alienação do trabalho dos *Manuscritos* de 1844 com o conceito de alienação e mutilação do operário, tal como se encontra nas obras posteriores de Marx, passa, sob silêncio, o verdadeiro problema: a saber, a justaposição de uma concepção antropológica e de uma concepção histórica da alienação nos *Manuscritos de 1844* que são lógica e praticamente irreconciliáveis. Se a alienação, verdadeiramente, é fundada na natureza do trabalho e se este é indispensável à sobrevivência do homem - como Marx precisará mais tarde numa carta a Kugelmann - então a alienação jamais será sobrepujada”<sup>13</sup>(13).

---

<sup>12</sup> Veja: FROMM, Erich. *O Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

<sup>13</sup> MANDEL, Ernest. *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968, p. 169.

Um autor como Nildo Viana, conhecedor de quase todos os escritos de Marx, se equivoca na interpretação de Marx e “seleciona” apenas os textos que fundamentam o seu anarco-marxismo. Mas ele também seleciona os autores marxistas que utiliza. Nega, explicitamente, as contribuições de Kautski, Bordiga, Lênin, Gramsci, entre outros. Seleciona os autores anarco-marxistas e os coloca como os autênticos continuadores do marxismo. Para concluir sua “seleção” e negação dos pensadores acima citados, retoma a metáfora de Heine, utilizada pelo anarquista Alexandre Skirda para ironizar o marxismo: “Marx podia muito bem retomar por sua conta a metáfora de Heine: ‘minha infelicidade foi ter semeado dragões e colhido apenas pulgas’”<sup>14</sup>. É sintomático que utilize a ironia retirada de uma coletânea de artigos rancorosos e caluniadores de Marx. O anarco-marxismo nunca se torna totalmente marxista.

É com base nesta seleção que Nildo Viana consegue unir marxismo e anarquismo. Trata-se de utilizar a crítica da economia política de Marx (abandonando sua concepção política) e complementá-la com a crítica da política dos anarco-marxistas e dos anarquistas em geral. Acontece que marxismo e anarquismo são inconciliáveis. O anarco-marxismo, esse produto híbrido, é tão ineficaz politicamente que se torna mera “ideologia”, distante da prática. A teoria econômica do marxismo fundamenta uma teoria política e ambas são inseparáveis, assim como a negação anarquista da política supõe um conjunto de idéias econômicas que lhe é complementar. Ambos formam um todo coerente e o anarco-marxismo se torna um discurso contraditório, lacunar, incoerente e eclético. Ele acaba não sendo nem marxismo nem anarquismo. O espontaneísmo com base no economicismo marca uma ruptura com o marxismo. Desde Marx, passando por Lênin, Trótski, Lukács, entre outros, sabemos que a classe operária não adquire, graças às suas condições econômicas de classe, sua consciência de classe espontaneamente<sup>15</sup>. A consciência de

---

<sup>14</sup> SKIRDA, Alexandre. *Gênese e Significação do Marxismo*. in: VÁRIOS. *Os anarquistas Julgam Marx*. op. cit., pag. 31.

<sup>15</sup> Veja: LÊNIN, *Que Fazer?* São Paulo, Hucitec, sem data; LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Porto, Publicações Escorpião, sem data.

classe é fundamental para a emancipação operária e sem uma organização revolucionária, o partido político, ela não surgirá.

Mas de onde vem a negação do partido de vanguarda? Vem da confusão teórica que confunde stalinismo e bolchevismo, Revolução Russa e burocratização da URSS. É com base numa análise equivocada da Revolução Russa (uma “contra-revolução burocrática” ou “revolução burguesa”, segundo os comunistas conselhistas) que se nega toda uma experiência e tradição revolucionárias. Quais são as causas da deformação do socialismo na União Soviética? É a resposta a esta pergunta que poderá refutar a ideologia antibolchevista dos anarco-marxistas (que, aliás, sempre se colocam como simpáticos aos anarquistas na Revolução Russa).

Ernest Mandel já respondeu a esta pergunta: “a resposta histórica a essa questão é que o processo da revolução socialista mundial deve ser separado conceitualmente do da construção acabada de uma sociedade socialista sem classes. De fato, a Rússia não estava ‘madura’ para o estabelecimento de uma tal sociedade. Até 1924, esse foi o ponto de vista comum de todos os marxistas revolucionários: não apenas de Lênin, Trótski, Rosa Luxemburgo, Bukhárin, Zinoviev, Lukács, Gramsci, Talheimer, Korsch, Radek, etc., mas também de Stálin. Mas o mundo estava maduro para o socialismo. De fato, já no Anti-Dühring, Engels o tomava como um fato garantido”<sup>16</sup>.

Portanto, dizer que o bolchevismo é o responsável pela deformação do socialismo soviético é abandonar o método do materialismo histórico, pois isto só é possível separando-se as condições subjetivas das condições objetivas e assim colocar a “culpa” na primeira. Quanto à tese do caráter “capitalista” da URSS, ela é totalmente equivocada, pois para ela ser verdadeira, seria necessário haver o predomínio da lei do valor na URSS, o que não existe<sup>17</sup>.

O anarco-marxismo nega explicitamente a necessidade de um “período de transição” e de um “estado de transição” entre o capitalismo e o comunismo. Segundo os anarco-marxistas, e

---

<sup>16</sup> MANDEL, Ernest. *Além da Perestroika*. Rio de Janeiro, Busca Vida, 3ª edição, 1989, pág. 384.

<sup>17</sup> Para uma caracterização da URSS, veja: MANDEL, Ernest. op. cit.



entre estes Nildo Viana, a autogestão cairá do céu por iniciativa do proletariado e de uma hora para outra chegaremos à uma sociedade sem classes, sem estado, sem produção mercantil. Segundo um crítico do anarquismo: “dispensamos as gloriosas experiências de auto-gestão realizadas no mês de maio [o autor se refere à revolta estudantil de maio de 68 em Paris - CM] em tal laboratório, tal instituto universitário, abstração feita de realidades vulgares tais como as relações desse laboratório, desse instituto, com o resto do mundo, com as instituições de crédito, as bolsas, os salários fixados pelo Estado Capitalista... as ‘experiências de auto-gestão’ de tal pequena empresa, abstração feita de suas relações com o mercado capitalista, os bancos, etc.”<sup>18</sup>. A autogestão, ou seja, o comunismo, não pode ser implantado de um dia para a noite, é necessário um período de transição e de um Estado de transição que gerencie esta transformação.

O anarco-marxismo também realiza uma crítica feroz à democracia burguesa. Nildo Viana lhe desfere um duro golpe, que tem como principal mérito recusar a ideologia que retira o caráter de classe da democracia burguesa transformando-a em “valor universal”<sup>19</sup>. Se Lênin, em *O Estado e a Revolução*, afirmou que o anarco-marxista Pannekoek estava mais próximo do marxismo que o reformista Kautski, hoje se pode dizer que o anarco-marxista Nildo Viana está mais próximo do marxismo que o reformista Carlos Nelson Coutinho. Mas tanto reformistas quanto anarco-marxistas exageram suas posições em relação à democracia burguesa. Os reformistas a supervalorizam e retiram seu caráter de classe, elegendo-a como único local da luta política e os anarco-marxistas não conseguem enxergar sua importância para a luta do proletariado<sup>20</sup>. Sem dúvida, o anarco-

---

<sup>18</sup> BLOCH, Gérard. *Marxismo e Anarquismo*. in: BLOCH, G. e TRÓTSKI, Leon. *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo, Kairós, 1981, p. 17.

<sup>19</sup> Veja: COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia Como Valor Universal*. Rio de Janeiro, Salamandra.

<sup>20</sup> Mandel esclareceu a positividade da democracia burguesa: “não foi por acaso que o movimento operário esteve na vanguarda da luta pelas liberdades democráticas nos séculos XIX e XX. Defendendo estas liberdades, o movimento operário defendia ao mesmo tempo as condições mais favoráveis para sua própria ascensão. A classe operária é a classe mais numerosa da sociedade contemporânea. A conquistas das liberdades

marxismo de Nildo Viana supera tanto o reformismo quanto o anarquismo em sua posição diante da democracia burguesa, pois o reformismo a transforma num fetiche e o anarquismo a critica de forma bastante limitada<sup>21</sup>.

Realizarei, a partir daqui, uma crítica geral do anarco-marxismo. Esta corrente, com seus méritos e equívocos, já foi bastante criticada por autores marxistas<sup>22</sup>. Antes de tratar de suas limitações, devo me referir às suas grandezas: o anarco-marxismo é extremamente superior ao stalinismo, ao reformismo e ao anarquismo. A sua análise com base na “crítica da economia política” proporciona elementos importantes na compreensão da sociedade capitalista. Partindo desta análise, consegue, ao contrário do revisionismo reformista, observar o caráter revolucionário do movimento operário. De uma forma secundária, contribui com o desenvolvimento do marxismo no campo da política, da filosofia, da economia, da sociologia, etc. Essas são as grandezas do anarco-marxismo.

A principal crítica que se pode fazer ao anarco-marxismo (indo além de questões específicas, tal como a abordagem da Revolução Russa e URSS), incluindo o de Nildo Viana, é a sua incapacidade de teorizar e gerar uma ação política. As concepções políticas do anarco-marxismo (negação dos partidos, sindicatos, democracia burguesa, luta pelo poder estatal) levam-no, fatalmente, à um imobilismo político. A idéia de autogestão imediata produzida pela ação espontânea da classe operária é, para utilizar a linguagem blochiana de Nildo Viana, uma “utopia abstrata” e não uma “utopia concreta”. Dessa concepção autogestionária, uma concessão ao anarquismo, surge o imobilismo político. Nildo Viana, assim como todos os anarco-

---

democráticas permite-lhe organizar-se, adquirir a garantia do grande número, exercer um peso cada vez maior na balança das relações de força” (MANDEL, Ernest. *Introdução ao Marxismo*. 4ª edição, Porto Alegre, Movimento, 1982, pag. 72).

<sup>21</sup> Para ver a superioridade da crítica anarco-marxista sobre a crítica anarquista, compare-se o artigo citado de Nildo Viana (“*A Democracia Burguesa Como Valor Universal*”) e a coletânea: *O Anarquismo e a Democracia Burguesa*. 3ª edição, São Paulo, Global, 1986.

<sup>22</sup> Veja: HOBBSBAWN, Erich. *Karl Korsch*. in: *Revolucionários*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; LÊNIN, *Esquerdismo: A Doença Infantil do Comunismo*. 6ª edição, São Paulo, Global, 1986.

marxistas, faz uma crítica poderosa da sociedade capitalista e de seus ideólogos, mas o problema é que sua concepção política alternativa impede o desenvolvimento de uma prática política revolucionária. Por isto concordo com M. Hájek quando se refere ao “comunismo de esquerda” (um dos nomes assumidos pelo anarco-marxismo, sendo que no caso se trata do comunismo conselhistas) como “uma tendência sectária-utópica que tinha sua força na crítica, mas era incapaz de oferecer uma correta alternativa política”<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> HÁJEK, Milos. *O Comunismo de Esquerda*. in: HOBBSAWN, Erich (org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, pag. 97.

## MARXISMO E ANARQUISMO

### A Anticrítica

---

**Nildo Viana**

---

O presente texto é uma resposta a um artigo disponibilizado na Internet, intitulado *Crítica ao Anarco-Marxismo – Contra Nildo Viana e a Deformação do Marxismo*<sup>1</sup>, cujo conteúdo é uma crítica a textos que publiquei no início da década de 90 do século 20. Algumas das teses apresentadas neles já considero superadas, pois foram escritas há dez anos e minhas idéias foram aprofundadas neste período. No entanto, o essencial das teses apresentadas ainda carrego comigo e por isso devo responder ao texto que realiza uma crítica a elas. Lendo tal artigo, logo lembrei-me da polêmica criada em torno dos livros *Marxismo e Filosofia*, de Karl Korsch, e *História e Consciência de Classe*, de Georg Lukács. Os dois foram acusados de “idealismo” e “hegelianismo” pelos soviéticos no início da década de 20 do século passado. Lukács, como era sua tendência, acabou voltando atrás e escreveu sua “autocrítica”. Karl Korsch, um revolucionário autêntico, não se intimidou e escreveu sua anticrítica. Eu, filiado à tradição do marxismo revolucionário de Korsch, realizarei aqui também a minha anticrítica.

A primeira crítica de Carlos Moreira ao meu suposto “anarco-marxismo” é de que realizei uma “deformação anarquista do marxismo”. No entanto, para se saber o que pode ser considerada uma deformação do marxismo é necessário, inicialmente, dizer o que se entende por este último. Alguns relativistas defendem a tese de que existem “vários marxismos”

---

<sup>1</sup> MOREIRA, Carlos. *Crítica ao Anarco-Marxismo*. In: <http://www.polemos.hpg.com.br/moreira01.html> acessado em abril de 2003. Reproduzido também no site do CMI – Centro de Mídia Independente.

e que, portanto, não existem deformações deste<sup>2</sup>. Outros, por sua vez, definem o marxismo como o conjunto de idéias fixas reveladas nos escritos de Marx e que por isso não podem ser modificadas, pois isto seria uma “deformação”. Mas, como o capitalismo se transforma constantemente e Marx não possuía nenhuma “bola de cristal”, se tornou necessário complementar a verdade revelada pelos escritos de Marx com os escritos de seus seguidores considerados “clássicos”, ou seja, por Lênin e Trotsky, principalmente. Isto é, para tais ideólogos, “o marxismo”.

A concepção relativista coloca como critério para definir o que é “marxismo” a autodenominação. Quem se diz marxista é marxista. A concepção bolchevista coloca como critério a fidelidade aos escritos sagrados de Marx, Engels, Lênin e Stálin (para os stalinistas) ou Trotsky (para os trotskistas), ou seja, aos “quatro clássicos do marxismo”. Os relativistas poderão refutar os bolchevistas da seguinte forma: para um trotskista, leitor “fiel” de Marx, Engels e Lênin, o stalinismo é uma deformação do marxismo e para um stalinista, leitor “fiel” de Marx, Engels e Lênin, o trotskismo é uma deformação do marxismo. Em uma palavra, dez pessoas podem ler Marx e elaborar dez interpretações diferentes e portanto não é no “escrito” que se encontra a definição do marxismo e sim na pessoa que o lê. Logo, todos os que se dizem marxistas o são, posto que não existe um critério objetivo para defini-lo (um “marxômetro”).

Mas os bolchevistas podem retrucar aos relativistas: quer dizer então que se Mussolini se dissesse “marxista” ele o seria? Segundo os bolchevistas, isto não só é falso como também é reacionário. Existe um critério para definir o que é o marxismo e quem pode se considerar marxista. Este critério são os escritos de Marx atualizados por Lênin e Trotsky (ou Stálin). Vejamos o que diz Lênin: “quem conhece somente a luta de classes ainda não é marxista, ainda pode se manter no marco do pensamento burguês e da política burguesa. Circunscrever o marxismo à teoria da luta de classes é limitar o marxismo, adulterá-lo, reduzi-lo a algo que a burguesia pode aceitar. Marxista só é aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao

---

<sup>2</sup> NETTO, José Paulo. *O Que é Marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

reconhecimento da ditadura do proletariado”<sup>3</sup>. Depois, Lênin chegou a afirmar que só é marxista quem sente uma profunda admiração pelos “revolucionários burgueses” do passado (...).

As idéias de Marx e Engels se circunscreviam a um determinado período histórico e isto tornou necessária sua atualização. Entretanto, vários “marxistas” buscaram atualizar sua teoria (tanto nos vários campos acadêmicos, tais como economia, filosofia, geografia, sociologia, etc., quanto no que se refere à concepção política propriamente dita) e não somente Lênin. Não basta dizer que é necessário reconhecer a necessidade da “ditadura do proletariado”, pois é preciso definir o que é isto. A ditadura do proletariado é a autogestão ocorrida na Comuna de Paris e defendida por Marx em *A Guerra Civil na França* ou a ditadura do partido sobre o proletariado ocorrida na Rússia e defendida por Lênin?<sup>4</sup>. A questão do partido, da ditadura do proletariado, entre outras, receberam várias “atualizações” e “aprofundamentos” por inúmeros “marxistas” da época de Lênin: Bernstein, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Korsch, Pannekoek, Lukács, o “jovem Gramsci”, o “jovem Trotsky”, Bukhárin, etc. Não há nenhum motivo para que a pessoa de Lênin ser privilegiada como “continuadora do marxismo”, pois este critério é um critério, mas continua sendo não-marxista.

Não é graças a genialidade de Marx que se deve reivindicar do marxismo e o mesmo ocorre em relação aos seus epígonos e continuadores. O próprio Marx afirmou: “eu não sou marxista”, pois viu que suas teses já estavam sendo deformadas<sup>5</sup>. Karl Korsch forneceu a definição mais coerente do marxismo: ele é a “expressão teórica do movimento operário”<sup>6</sup>. Portanto, o marxismo ultrapassou a pessoa de Karl Marx, embora ele seja o primeiro e mais importante referencial. Suas teorias devem ser aprofundadas, atualizadas e algumas

---

<sup>3</sup> LÊNIN, W. *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Global, 1987, p. 79.

<sup>4</sup> Cf. MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo, Global, 1986; LÊNIN, W. *Estado, Ditadura do Proletariado e Poder Soviético*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988; BRINTON, Maurice. *Os Bolcheviques e o Controle Operário*. Porto, Afrontamento, 1977.

<sup>5</sup> Um dos primeiros deformadores foi Kautsky, inspirador de Lênin...

<sup>6</sup> KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Afrontamento, 1977.

“revisadas” desde que continuem expressando a perspectiva do proletariado. É possível contestar o caráter revolucionário do proletariado e, por conseguinte, as idéias que expressam seus interesses históricos. Mas neste caso não há mais nenhum motivo para se autodenominar “marxista”.

Resta saber qual é o critério para definir quem consegue realizar uma expressão teórica do movimento operário. O critério é a prática. Qual foi a prática do bolchevismo? A aplicação prática da ideologia bolchevique resultou em quê? Por mais incrível que pareça, a bancarrota do capitalismo de estado da URSS não foi suficiente para nossos leninistas-trotskistas-mandelistas, entre outros, se convencerem de que o bolchevismo nada tem a ver com o marxismo.

Qual é a relação entre marxismo e anarquismo? Existe um anarco-marxismo? Como colocamos anteriormente, o marxismo não pode ser considerado como algo fora da história e separado das lutas de classes, pois defendemos a tese de que é necessário aplicar o materialismo histórico a ele mesmo (tal como exposto por Lukács e Korsch). As idéias de Marx e seus seguidores são um produto histórico de uma sociedade que se fundamenta em um modo de produção e uma classe social que é sua superação e constituição de um novo modo de produção. O marxismo é uma expressão teórica do movimento operário rumo à constituição da autogestão social. Portanto, é totalmente superficial comparar marxismo e anarquismo levando em conta apenas as idéias políticas sem analisar o caráter de classe das mesmas.

Se o caráter de classe do marxismo é proletário, então resta saber qual é o caráter de classe do anarquismo. Alguns “marxistas” já tentaram descobrir isto. Bukhárin, por exemplo, qualificou o anarquismo de ideologia do lumpemproletariado<sup>7</sup>. O “marxismo”-leninismo é a ideologia do proletariado e o anarquismo é a ideologia do lumpemproletariado. Tal concepção é tão simplista quanto o “materialismo histórico”, positivismo travestido de dialética, de Bukhárin. Tal simplismo se revela, por exemplo, em colocar no mesmo barco tudo que se auto-intitula anarquismo: anarco-sindicalismo, anarco-comunismo,

---

<sup>7</sup> BUKHÁRIN, N. *Tratado de Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1970.

anarco-coletivismo, anarco-individualismo, anarquismo cristão, etc. Pensadores como Proudhon, Bakunin, Stirner, Kropotkin, Malatesta, Besnard, Joyeux, Tolstói, Santillan, Reclus, com todas as suas diferenças se tornam “ideólogos do lumpemproletariado”. Não menos simplista é a tese de Leon Trotsky e outros bolcheviques, segundo a qual o anarquismo é uma ideologia pequeno-burguesa<sup>8</sup>. Se existem elementos comuns nas mais diversas teses anarquistas, também existem elementos diferentes e até antagônicos. O anarco-sindicalismo, incluindo o de Joyeux, é uma ideologia da burocracia sindical. Aliás, seria bastante engraçado ouvir dizer que um sindicalista é um “lumpemproletário”. Já o anarco-individualismo pode ser considerado uma ideologia pequeno-burguesa. Em poucas palavras: assim como o marxismo, o anarquismo foi apropriado por diferentes classes ou frações de classes.

Marx se relacionou com dois pensadores que lançaram as bases do pensamento anarquista: Proudhon e Bakunin. Os “marxistas” bolchevistas (leninistas, trotskistas, stalinistas, etc.) só citam os textos em que Marx critica-os mas nunca os escritos em que os elogiam (isto sim é uma “seleção” tendenciosa de textos...). Marx disse sobre Proudhon: “(...) Proudhon submete a propriedade privada, base da economia política, a um exame crítico, ao primeiro exame categórico, tão impiedoso como científico por ele realizado, um progresso que revoluciona a economia política e torna possível, pela primeira vez, uma verdadeira ciência da economia política”<sup>9</sup>. Os “marxistas” não-leitores de Marx não se cansam de absolutizar a crítica de Marx à Proudhon exposta em *A Miséria da Filosofia*. A relação entre Marx e Bakunin foi mais difícil e conflituosa, embora Marx estivesse mais próximo de Bakunin do que Proudhon em alguns

---

<sup>8</sup> BLOCH, Gerard & TROTSKY, Leon. *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo, Kairós, 1981.

<sup>9</sup> MARX, Karl. *Proudhon*. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família*. Lisboa, Presença, p. 47. Sobre as relações políticas e teóricas entre Marx e Proudhon veja: MOTTA, Fernando P. *Burocracia e Autogestão*. São Paulo, Brasiliense, 1981.



pontos, principalmente no que se refere à questão da revolução<sup>10</sup>.

As idéias de Bakunin e Proudhon não são tão distantes da de Marx quanto querem nos fazer crer os não-leitores destes três pensadores. As obras de Proudhon e Bakunin apresentam uma crítica fundamental da sociedade capitalista nascente e uma antecipação valiosa da sociedade comunista. Sem dúvida, eles são também os iniciadores da crítica da burocracia, tal como Marx, embora este não tenha colocado a mesma ênfase que Proudhon e Bakunin colocaram nesta crítica. A teoria da revolução de Proudhon e Bakunin deixa a desejar, devido, em parte, ao fato de que o movimento operário nos países onde eles atuavam ainda não ter dado seu grande salto e também por eles não compreenderem como a mesma nitidez que Marx o processo de produção e reprodução do capital e a dinâmica da luta operária neste processo. Marx avançou mais na teoria da revolução proletária por se basear na nação capitalista mais avançada de sua época: a Inglaterra. Esta análise é coerente com o materialismo histórico e não aquelas que se limitam a dizer que a “crítica da política” é uma característica do anarquismo e a “crítica da economia política” é uma característica do marxismo. Assim como se pode afirmar metafisicamente que a crença em Jesus Cristo é uma característica do cristianismo e a não-crença em sua vinda é uma característica do judaísmo e que, portanto, estas duas concepções religiosas são inconciliáveis. Assim, a história é abolida e juntamente com ela os elementos em comum das duas concepções, restando apenas as diferenças e a impossibilidade de conciliação. Assim, nega-se o anarquismo em sua totalidade, o que tem efeitos desastrosos para a prática política. Além disso, este procedimento é tipicamente não-marxista, pois leva em consideração apenas a consciência das pessoas, sendo que não se julga um indivíduo pela consciência que tem de si e, nesta abordagem não-marxista, as palavras bastam.

Portanto, a relação entre marxismo e anarquismo é bastante complexa. O marxismo autêntico e o anarquismo

---

<sup>10</sup> GUILLERM, Alan & BOURDET, Yvon. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

revolucionário não são contraditórios e certas correntes auto-intituladas “marxistas” ou “anarquistas” são expressões políticas de classes sociais ou frações de classes que não o proletariado, o que, em certos casos, provocam divergências graves, gerando um antagonismo seja ao marxismo autêntico seja ao anarquismo revolucionário. No entanto, o apego exagerado às tradições junto com mal entendidos e diferenças de linguagem provocam conflitos mesmo entre o marxismo autêntico e o anarquismo revolucionário. Mas o grande conflito ocorre, na verdade, entre o bolchevismo, deformação do marxismo, e o anarquismo revolucionário, tal como no caso da revolução russa, o que provocou o derramamento de sangue de autênticos revolucionários, dizimados pela burocracia pseudomarxista. Trotsky, ídolo de Carlos Moreira, por exemplo, foi um dos principais responsáveis pelo massacre dos camponeses na Ucrânia e dos marinheiros em Kronstadt.

Resta falar do “anarco-marxismo”, concepção que me foi atribuída por Carlos Moreira. Não tenho nada contra o uso de novas expressões para caracterizar concepções ou qualquer outra coisa, mas, retomando os princípios do materialismo histórico, se os conceitos são expressão da realidade, então os novos conceitos devem ser expressão de novas realidades. Caso contrário, novos conceitos são dispensáveis, sendo mera expressão de academicismo, ansioso por “novidades”, afinal, assim como mercado capitalista, a academia precisa de “modas” para incentivar o consumo literário.

O conceito de “anarco-marxismo” expressa alguma realidade nova? Claro que não. As teses dos comunistas conselhistas e Rosa Luxemburgo são diferentes das concepções anarquistas, embora existam semelhanças. Aqui a estratégia já é diferente: busca se enfatizar as diferenças e não as semelhanças mas voltaremos a isto mais adiante. Já existe um nome para retratar tais teses: conselhismo e luxemburguismo. No que se refere a Daniel Guérin, Pierre Ansart, Eric Vilain, que buscam unir marxismo e anarquismo, eles já se definem como “marxistas libertários”, “socialistas libertários” (pelo menos no caso de Guérin) e colocá-los como idênticos a Rosa Luxemburgo e os comunistas conselhistas significa apagar as diferenças para ressaltar apenas as semelhanças. O próprio

Carlos Moreira reconhece as diferenças ao falar de anarco-marxismo que surge do “campo anarquista” e anarco-marxismo que surge do “campo marxista”. Num primeiro momento temos a diferença absoluta entre marxismo e anarquismo, depois a semelhança absoluta. Aqui temos a chave para compreender este empreendimento intelectual: Marx é radicalmente diferente dos anarquistas (tal como Lênin, Stálin, Trotsky...) e os conselhistas, Rosa Luxemburgo, etc., são extremamente semelhantes ao anarquismo, o que significa, devido a diferença radical vista entre Marx e os anarquistas, que os marxistas que se aproxima destes são mais anarquistas do que marxistas...

Carlos Moreira esboça o que ele considera os “fundamentos políticos do anarco-marxismo” e diz que irá demonstrar que eles estão presentes nos meus textos e busca refutá-los. O primeiro ponto é a “união de concepções anarquistas e marxistas”. Se o anarco-marxismo é uma corrente política que possui este fundamento, é preciso prová-lo. Nos escritos de Rosa Luxemburgo e dos comunistas conselhistas não se verá nada disso, aliás, Carlos Moreira não cita nenhum texto dos seus criticados, o que nos faz pensar que é um não-leitor de Rosa Luxemburgo e dos comunistas de conselhos e que realiza sua crítica baseando-se em fontes secundárias. Tal crítica perde o seu valor, pois as fontes, além de serem secundárias, é composta por opositores políticos que apresentam os aspectos escolhidos por eles com o objetivo explícito de criticá-los. É uma crítica que se baseia numa crítica já realizada e as possíveis falhas destas não são levadas em consideração por não se ter acesso às fontes primárias.

Quanto a minha tentativa de unir marxismo e anarquismo, Carlos Moreira não prova tal afirmação, pois a mera positividade que, segundo ele, vejo no anarquismo, não significa, por si mesma, uma tentativa de unir as duas correntes. A crítica da política que ele diz ter sido retirada do anarquismo foi produto, na verdade, da leitura de autores marxistas (Rosa Luxemburgo, Marx, Pannekoek, Robert Michels, João Bernardo, etc.), bem como da prática política e da observação da realidade e, principalmente dos valores e tudo o mais que constituem minha perspectiva teórica. É claro que Guérin, Bakunin e outros anarquistas também contribuíram com esta “crítica da política”

– ou melhor, crítica da burocracia – mas tal contribuição foi assimilada pela perspectiva marxista, inserida no contexto do materialismo histórico.

Outra característica do anarco-marxismo, segundo Carlos Moreira, é o espontaneísmo com base no economicismo. Novamente o autor não comprova sua afirmação com a comparação com os escritos de Rosa Luxemburgo e dos comunistas conselhistas. Segundo ele, eu reproduzo esta concepção ao afirmar que a classe operária é revolucionária por sua condição econômica de classe. No entanto, não existe esta afirmação nos textos citados. Eu nunca disse que o proletariado é revolucionário por sua condição “econômica” de classe e sim por sua condição de classe, o que é muito diferente, pois ultrapassa os limites estreitos da repartição ideológica da realidade em elementos isolados, procedimento típico da divisão capitalista do trabalho intelectual, que são reificados e denominados como realidades autônomas, surgindo, assim, a realidade “econômica”, “política”, “social”, “cultural”, “lingüística”, etc.

Dizer que uma classe é revolucionária por razões econômicas é dar a impressão de que o problema é o salário, o nível de renda. Esta é uma concepção burguesa. A luta operária é contra o trabalho assalariado, contra a organização capitalista do trabalho, contra o estado capitalista, contra a ideologia dominante, etc. e isto dentro e fora das fábricas. Os operários não são agentes mecânicos do processo de produção e sim seres humanos que possuem um conjunto de necessidades e potencialidades que são reprimidas pelas necessidades do capital. O proletariado tem, no processo de trabalho, a negação da sua realização enquanto ser ativo e teleológico, a impossibilidade de objetivação devido ao processo de alienação. A luta de classes na produção não envolve apenas o salário e o nível de renda, mas a saúde psíquica, a cultura, a luta contra a exploração, a resistência cotidiana ao capital e sua ânsia de lucro que gera a busca incessante de aumento da exploração. Esta luta é complementada na sociedade civil, através das organizações operárias, da cultura operária, da resistência e luta no plano cultural e organizativo. Os operários são seres humanos que possuem um conjunto de necessidades e potencialidades que são

negadas e reprimidas pelas relações de produção capitalistas e pela sociabilidade burguesa. Logo, não há nenhum “economicismo” em minha concepção.

A terceira característica do anarco-marxismo é negar o papel da vanguarda, do partido e do sindicato. Desta vez Carlos Moreira acertou. A ideologia da vanguarda é uma ideologia da burocracia (sindical e partidária) e tem como base uma concepção positivista. Tal concepção já foi criticada por Rosa Luxemburgo, pelo “jovem Trotsky”, por Pannekoek, e muitos outros. As experiências históricas comprovaram a veracidade da crítica e o caráter antiproletário e anticomunista destas ideologias vanguardistas.

A negação do partido de vanguarda, segundo Moreira, é justificada pela identificação entre bolchevismo e stalinismo, que acaba responsabilizando o primeiro pelo segundo, ou seja, pela deformação do “socialismo” da União Soviética. Aliás, a quarta característica do anarco-marxismo é a “negação das experiências socialistas e da revolução bolchevique”. O papel contra-revolucionário do “partido de vanguarda” não ocorreu apenas na URSS, mas também em outras experiências históricas, ditas “socialistas” e por isso sua recusa da nossa parte.

Além disso, a justificativa do nosso “trotskista-mandelista” para a deformação do “socialismo” na URSS é simplesmente economicista, no sentido de que são os fatores econômicos (no sentido burguês da palavra, isto é, o atraso “econômico” da Rússia) que provocaram a “burocratização” da URSS (na verdade, a implantação do capitalismo de estado).

Ernest Mandel, a referência citada por Moreira, não só faz uma análise economicista da URSS como tenta justificar a estratégia trotskista – fazer a revolução num país que não estava “maduro” para o socialismo – afirmando que “o mundo estava maduro para o socialismo”, tal como está exposto na escritura sagrada de Engels, o Anti-Dühring, onde este afirmava que já no século 19 o mundo estava maduro para o socialismo. Porquanto não passa de um argumento de autoridade, como se Engels fosse o dono da verdade, isto não tem nenhuma validade política ou teórica. Mandel não faz nenhuma análise da economia mundial para comprovar a afirmação de Engels (o capitalismo estava

maduro para o socialismo no século 19) ou a sua própria afirmação (o capitalismo amadureceu para o socialismo no século 20).

Carlos Moreira, com uma admirável simplicidade, acrescenta: “portanto, dizer que o bolchevismo é o responsável pela deformação do socialismo soviético é abandonar o método do materialismo histórico, pois isto só é possível separando-se as condições subjetivas das condições objetivas e assim colocar a ‘culpa’ na primeira”<sup>11</sup>. Eu poderia, utilizando a linguagem leninista das “condições objetivas e subjetivas”, inverter a afirmação: é Carlos Moreira que separa as “condições objetivas” das “condições subjetivas”, pois ele autonomiza o subjetivo – o bolchevismo – e com isso o isenta de toda responsabilidade e joga toda a culpa nas “condições objetivas”, também autonomizadas, que existem e se desenvolvem sem a ação humana (luta de classes, ação cultural). Eu não realizei nenhuma separação entre “condições objetivas e subjetivas” – dois construtos, falsos conceitos, produtos do positivismo leninista –, já que em um escrito anterior eu havia dito, e o próprio Moreira cita este trecho, que “o bolchevismo é uma expressão ideológica do atraso da Rússia czarista”. Foi a união das “condições subjetivas” (bolchevismo) e das “condições objetivas” (atraso da Rússia) que, juntamente com outras determinações menos importantes, provocou a formação do capitalismo de estado russo, pois “o concreto é o resultado de suas múltiplas determinações”<sup>12</sup>. A determinação fundamental da formação do capitalista estatal russo, no entanto, foi o bolchevismo.

Moreira “refuta” a teoria do capitalismo de estado da URSS dizendo que lá não predomina a lei do valor e, como esta não existe, tal tese é “totalmente equivocada”. O nosso trotskista-mandelista complementa nos remetendo novamente à Mandel. Não basta afirmar que na URSS não predomina a lei do valor, é preciso fundamentar tal afirmação. Se Mandel também

---

<sup>11</sup> MOREIRA, C. ob. cit.

<sup>12</sup> Cf. MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 1983; VIANA, Nildo. *Escritos Metodológicos de Marx*. 2ª edição, Goiânia, Edições Germinal, 2001; VIANA, Nildo. *A Questão da Causalidade nas Ciências Sociais*. Goiânia, Edições Germinal, 2001.

afirma (igualmente sem fundamentar) que a lei do valor não predomina(va) na União Soviética, isto não lhe dá o caráter de veracidade<sup>13</sup>. Como não há espaço para comprovar que predomina a lei do valor na sociedade soviética, me limitarei a indicar dois autores que afirmam isto e o comprovam: Charles Bettelheim, em *A Luta de Classes na URSS*, e João Bernardo, em *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista*, entre outros<sup>14</sup>.

A quinta característica do anarco-marxismo é a identificação entre comunismo e autogestão e ela é complementada pela sexta e sétima características, a saber: a negação da necessidade de um “período de transição” e de um “estado de transição” entre capitalismo e comunismo. Não resta a menor dúvida de que comunismo é autogestão. As experiências históricas colocam que o período de transição e o estado de transição são, na verdade, produtos da contra-revolução burocrática e que o movimento operário demonstrou que entre capitalismo e comunismo não é necessário nenhuma “etapa de transição”. A concepção de uma “fase de transição” é ideológica e colocada em prática serve apenas para reproduzir o capitalismo sob a forma estatal ou criar um “modo de produção burocrático”, pois ela nega formalmente ou essencialmente o modo de produção capitalista mas não afirma o modo de produção comunista.

A autogestão não será instaurada num laboratório ou empresa isolados, segundo a crítica de Gerard Bloch. Isto é correto. A autogestão inicia-se em determinados lugares com o

---

<sup>13</sup> MANDEL, Ernest. *Além da Perestroika*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Busca Vida, 1989.

<sup>14</sup> BETELHEIM, Charles. *As Lutas de Classes na URSS*. 2 vols. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; BERNARDO, João. *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. Porto, Afrontamento, 1975; cf. também: VIANA, Nildo. *O Capitalismo de Estado da URSS*. *Revista Ruptura*. Ano 01, nº 01, maio de 1993. Mas para que não se pense que apenas os críticos do capitalismo estatal afirmam a existência da “lei do valor” nos países que vivem sob este regime, basta olhar na produção dos seus ideólogos para ver isto (cf. entre outros: SUNG, Kim Il. *Teoria da Construção Económica do Socialismo*. Lisboa, Edições Maria da Fonte, 1976), pois em suas ideologias eles colocam isto explicitamente, buscando justificar a permanência da “lei do valor” no “socialismo”.

desencadeamento do processo revolucionário mas só se concretiza com sua generalização em toda a sociedade, ou seja, com o fim deste processo. Logo, a crítica de Bloch é equivocada, pois no período revolucionário cria-se uma autogestão parcial, formando-se uma “dualidade de poderes”, que só com sua generalização a todas as relações sociais e com a conseqüente abolição do estado que se chega ao fim da revolução proletária e institui-se a autogestão generalizada.

A oitava característica do anarco-marxismo é a “negação de qualquer forma de participação na democracia burguesa”. Esta afirmação de nosso trotskista-mandelista é falsa, pois eu mesmo afirmei, num texto que ele cita, o seguinte: “a luta das esquerdas deve ser contra o capitalismo e ‘sua’ democracia. Isto não quer dizer que se deve abandonar definitivamente qualquer tipo de participação em tal ‘democracia’. Mas essa participação tem que estar subordinada aos interesses de classe do proletariado e que por isso tem como objetivo principal acirrar as contradições do capitalismo e colocar em evidencia o programa comunista. Contudo, deve-se deixar claro que a participação ou ‘não-participação’, assim como suas formas dependem fundamentalmente do momento histórico e da estrutura econômica, política e cultural de cada país”<sup>15</sup>.

Por conseguinte, Moreira inventa uma afirmação que não está no texto. Contudo, hoje, considero desnecessário e indesejável qualquer participação direta na democracia burguesa, principalmente a disputa eleitoral. Estou mais próximo do anarquismo hoje do que naquela época, bem como do conselhismo.

A crítica que Carlos Moreira faz da última característica do anarco-marxismo – seleção de obras de Marx e Engels e de teóricos aceitáveis pela doutrina – é destituída de sentido. Um autor escreve coisas que ele mesmo passa a discordar posteriormente, ou seja, ele mesmo “seleciona” seus escritos. Toda leitura é “seletiva”, principalmente no que se refere a um autor do século 19, que abordou questões variadas e complexas. A seleção que o nosso trotskista-mandelista diz que eu fiz dos

---

<sup>15</sup> VIANA, Nildo. *A Democracia Burguesa como Valor Universal*. Brasil Revolucionário. Ano 2, nº 8, abril de 1991, p. 16



textos de Marx – segundo ele utilizei os escritos de juventude e os escritos “econômicos” da maturidade – não é verdadeira pois utilizo outros escritos de Marx, considerados “históricos” e “políticos” da maturidade e a minha tese é justamente da unidade do pensamento de Marx<sup>16</sup>.

Aliás, é Carlos Moreira que seleciona os escritos do “Marx da maturidade” e nega os do “jovem Marx”, que, segundo ele, são os preferidos dos “marxistas idealistas”. Se eu seleciono os demais teóricos que utilizo, Carlos Moreira faz o mesmo (tanto é que nega as contribuições dos anarquistas, stalinistas, reformistas e “anarco-marxistas”) e isto quer dizer que não é característica exclusiva minha e sim de todos os pensadores e militantes políticos. Logo, tal crítica também é destituída de sentido.

A crítica mandelista da tese de Erich Fromm, mais um exemplo de seleção de textos, é, novamente, economicista. A afirmação de que Marx abandonou a idéia de uma natureza humana alienada é equivocada, mas o equívoco maior reside na afirmação de que em *O Capital* o conceito de alienação se refere à “mutilação do operário”, ou seja, uma forma histórica de alienação. Isto significa uma redução do operário a mera “condição operária”. O capital transforma o operário em mero “vendedor da força de trabalho”, em uma categoria “econômica”, e Lênin, Trotsky, Mandel e Moreira elaboram a ideologia que o limita à condição de mercadoria, de coisa. A coisificação real do operário é feita pelo capital e é reforçada pela sua coisificação ideológica realizada pelos “comunistas”.

Ernest Mandel faz uma tremenda confusão: “se a alienação, verdadeiramente, é fundada na natureza do trabalho e se este é indispensável à sobrevivência do homem – como Marx precisará mais tarde numa carta a Kugelmann – então a alienação jamais será sobrepujada”<sup>17</sup>. Em primeiro lugar, Mandel deixa claro que quer o fim da alienação mas, se ela se fundamenta no trabalho, e este é indispensável, então a alienação nunca será superada. Mandel parece sugerir a seguinte

---

<sup>16</sup> Cf. VIANA, Nildo. *Do “Jovem Marx” ao “Marx da Maturidade”*. *Teoria & Práxis*. Nº 03, Novembro de 1991.

<sup>17</sup> MANDEL, Ernest. *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968, p. 169.

solução: façamos de conta que a alienação não tem nada a ver com a “natureza do trabalho” e adaptemos, assim, a realidade à nossa vontade, pois com isso “resolveremos” (na imaginação) o problema. Em segundo lugar, Marx e Fromm disseram que todas as formas de alienação têm seu fundamento na alienação do trabalho. Isto quer dizer que o fundamento da alienação é o trabalho (alienado). O trabalho assalariado é um trabalho alienado. Entretanto, nem todo trabalho é alienado. Se os nossos não-leitores (ou mal-leitores como Mandel) de Marx tivessem lido os Manuscritos de Paris, saberiam que ele separava o trabalho enquanto objetivação do trabalho enquanto alienação<sup>18</sup>.

O nosso trotskista-mandelista afirma que eu retirei a aplicação da metáfora de Heine ao caso de Marx do texto do anarquista Alexandre Skirda. Embora eu conhecesse tal utilização e uma outra de Guérin, não foi daí que me surgiu a idéia. Moreira diz que “é sintomático que utilize a ironia retirada de uma coletânea de artigos rancorosos e caluniadores de Marx. O anarco-marxismo nunca se torna totalmente marxista”<sup>19</sup>. Utilizar uma ironia de um anarquista é sintoma da doença de não ser “totalmente marxista”. Se ser “totalmente marxista” é ser acrítico e antiirônico, prefiro não sê-lo. Mas, na verdade, eu retirei esta metáfora de Heine foi de um dos “quatro clássicos do marxismo”, muito querido pelos nossos “trotskistas-mandelistas”. Ela foi retirada de Friedrich Engels: “todos esses senhores fazem marxismo, mas do mesmo tipo que você conheceu na França, há dez anos, quando Marx dizia a propósito: ‘tudo que eu sei, é que marxista, eu não sou!’ e, provavelmente, diria desses senhores o que Heine disse dos seus imitadores: ‘semeei dragões e colhi pulgas’”<sup>20</sup>. Vê-se que não existe nem doença nem sintoma. O que existe são pulgas derivadas de dragões.

A crítica geral de nosso trotskista-mandelista ao anarco-marxismo é que sua concepção política leva ao imobilismo

---

<sup>18</sup> MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. In: FROMM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*. 8ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

<sup>19</sup> MOREIRA, C. ob. cit.

<sup>20</sup> ENGELS, Friedrich. *Carta a Paul Lafargue*. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Sobre Literatura e Arte*. 4ª edição, São Paulo, Global, 1986, p. 37.

político. A teoria e a prática de Rosa Luxemburgo e comunistas conselhistas, entre outros representantes do marxismo autêntico, demonstram o equívoco destas afirmações. Sobre a questão da eficácia, devemos reconhecer que o leninismo e seus derivados foram em alguns momentos eficazes, mas para realizar a contra-revolução. O conselhismo não é vanguardista e por isso não pode e não deve ter a eficácia como critério fundamental, principalmente recordando que o seu princípio é o mesmo apontado por Marx: a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. O conselhismo, juntamente com todas as tendências revolucionárias, só se tornam mais “eficazes” quando o movimento operário se levanta e autonomiza, se livrando de suas “vanguardas” e são nestes momentos históricos que ele se fortalece e se funde com o movimento real dos trabalhadores.

Para encerrar, farei uma crítica geral ao nosso trotskista-mandelista. Utilizar teses conservadoras como a do partido de vanguarda, período de transição, estado operário, consciência de classe que vem de fora, entre outras, é aderir a ideologia da burocracia. Isto significa abandonar a perspectiva do proletariado e realizar uma verdadeira “deformação do marxismo”. Também posso dizer que o trotskismo-mandelista é superior ao stalinismo e ao reformismo, mas isto não é suficiente. Além disso, utilizar teses de Trotsky é o mesmo que tentar reanimar “peças de museu”. Uma última crítica: as nove características que Carlos Moreira vê no “anarco-marxismo” estão presentes, em sua maior parte, em Daniel Guérin, mas não nos outros que ele busca criticar sem conhecer (Rosa Luxemburgo, comunistas de conselhos). Assim, não se pode dizer que estes últimos possam ser considerados anarco-marxistas. É necessário respeitar as diferenças e evitar os equívocos e injustiças e para isso é fundamental recorrer às fontes. Existe, sem dúvida, um anarco-marxismo, que é o de Guérin e outros, mas este não é o meu caso e nem o de Rosa Luxemburgo e dos comunistas conselhistas. Por conseguinte, qualquer crítica ao luxemburguismo e/ou conselhismo deve ir além da mera comparação com o anarquismo e da estratégia de querer desacreditá-los devido as semelhanças, reais ou ilusórias (as realmente existentes ou as inventadas por nossos ideólogos). Isto Carlos Moreira não fez. Só nos resta agora esperar a

autocrítica de Carlos Moreira e o seu reconhecimento que o trotskismo é que é uma deformação do marxismo. Mas a crítica de Moreira também tem um aspecto positivo, que é o de recolocar a necessidade de uma discussão acerca das relações entre marxismo autêntico e anarquismo revolucionário, que sempre se unem nos momentos revolucionários. Agora só nos resta esperar que os esclarecimentos do presente texto sirvam para avançar na compreensão do verdadeiro caráter do marxismo.